

# OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL DO GRUPO  
AMIGOS DE LISBOA

ANO XVI — N.º 63



JULHO DE 1953

# Sociedade Geral

de

## Comércio, Indústria e Transportes

LISBOA

Carga e expediente: **Rua do Comércio, 39** Telefone: 30551

### FROTA

n/m ÁFRICA OCIDENTAL . . . . .	1.560 T.	n/m CARTAXO . . . . .	1.376 T.
n/m ALCOBAÇA . . . . .	9.588 T.	n/m COLARES . . . . .	1.376 T.
n/v ALCOUTIM . . . . .	10.526 T.	n/m CONCEIÇÃO MARIA . . . . .	2.974 T.
n/m ALENQUER . . . . .	6.588 T.	n/m CORUCHE . . . . .	1.376 T.
n/m ALEXANDRE SILVA . . . . .	3.215 T.	n/v COSTEIRO . . . . .	900 T.
n/m ALFREDO DA SILVA . . . . .	3.643 T.	n/m COSTEIRO TERCEIRO . . . . .	1.426 T.
n/v ALFERRAREDE . . . . .	2.118 T.	n/m COVILHÃ . . . . .	1.376 T.
n/m ALMEIRIM . . . . .	9.588 T.	n/v CUNENE . . . . .	9.800 T.
n/v AMARANTE . . . . .	12.600 T.	n/v FOCA . . . . .	2.060 T.
n/m AMBRIZETE . . . . .	9.245 T.	n/v INHAMBANE . . . . .	9.619 T.
n/m ANA MAFALDA . . . . .	3.643 T.	n/v LUSO . . . . .	10.125 T.
n/m ANDULO . . . . .	9.245 T.	n/v MARIA AMÉLIA . . . . .	3.005 T.
n/m ANTONIO CARLOS . . . . .	2.974 T.	n/v MELLO . . . . .	6.253 T.
n/m ARRAIOLOS . . . . .	9.588 T.	n/v MIRANDELA . . . . .	8.280 T.
n/m BELAS . . . . .	7.259 T.	n/m SÃO MACÁRIO . . . . .	1.221 T.
n/m BORBA . . . . .	7.259 T.	n/v SAUDADES . . . . .	6.430 T.
n/m BRAGA . . . . .	7.224 T.	n/v SILVA GOUVEIA . . . . .	1.353 T.
n/m BRAGANÇA . . . . .	7.224 T.	n/v ZÉ MANEL . . . . .	1.240 T.

**TOTAL: 196.277 TONELADAS**

#### REBOCADORES:

«AFRICA», «CINTRA», «ESTORIL»,  
«FREIXO», «SÃO CRISTOVÃO»,  
«SOURE», «PRAIA DA ADRAGA»  
E «PRAIA GRANDE»

33 Batelões (7 de 500 T., 24 de 400 T., e 2 de 250 T.).

25 Fragatas de (2.300 T.)

1 Barca de água (250 T.)

1 Draga «BARREIRO» com 5 Batelões de Dragadas com 80 m<sup>3</sup> cada

#### EM CONSTRUÇÃO NOS ESTALEIROS DA C. U. F.

n/m «Rita Maria» de 3.600 T. e para 70 passageiros e n/m «Manuel Alfredo» de 3.600 T. e para 12 passageiros

#### CARREIRAS DE LISBOA PARA:

NORTE DA EUROPA • NORTE DE ÁFRICA • CABO VERDE • GUINE • ANGOLA  
ARGENTINA • ESTADOS UNIDOS • TERRA NOVA • GROENLANDIA  
E COSTA DE PORTUGAL

●

A COMPANHIA QUE MAIS NAVIOS TEM AO SEU SERVIÇO, CONSTRUÍDOS EM PORTUGAL NOS ESTALEIROS DA COMPANHIA UNIÃO FABRIL NO BARREIRO E EM LISBOA

**E. Pinto Basto & C.<sup>a</sup> L.<sup>da</sup>**

**LISBOA**

**TRANSPORTES MARÍTIMOS  
E AÉREOS**

**CARVÃO**

**SEGUROS**

**REPRESENTAÇÕES  
(Industriais, etc.)**

**EXPORTAÇÕES**

**TRANSITÁRIOS, ETC. ETC.**

**no PORTO**

**KENDALL, PINTO BASTO & C.<sup>a</sup> L.<sup>da</sup>**

Secções de Tipografia, Encaderna-  
ção e Pautação. Trabalhos simples  
e de luxo

**PAPELARIA  
≡ CAMÕES ≡**

DE

**AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO,  
LIMITADA**

Pincéis, telas e tintas de óleo, para  
aguarela, desenho e guaches das  
marcas: Lefranc, Windsor, Pelikan  
e Schmincke



**42 — Praça Luís de Camões — 43**  
Telef. 23063 — LISBOA

# **CASA AFRICANA**

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA  
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e  
Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e  
Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões,  
Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confec-  
cionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria  
e todos os artigos para

**HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

Preços fixos e marcados em todos os artigos  
**ON PARLE FRANÇAIS      ENGLISH SPOKEN**

# AMIGOS DE LISBOA

## EDIÇÕES

	PREÇOS PARA os sócios	PARA o público
A Cor de Lisboa .....	10\$00	12\$00
Noite de evocação do Leão de Ouro .....	9\$00	10\$00
«Olisipo» .....	8\$00	10\$00
Urbanização de Lisboa .....	4\$00	5\$00

### A. VIEIRA DA SILVA

A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças .....	9\$00	10\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa .....	9\$00	10\$00
Os Paços dos Duques de Bragança .....	9\$00	10\$00

### ALFREDO DA CUNHA

Olisipo, berço do periodismo português .....	9\$00	10\$00
--	-------	--------

### ANTÓNIO R. DA SILVA E SOUSA

A Igreja e o sítio de Santo Estêvão ...	9\$00	10\$00
Bagatelas do tempo vário .....	4\$00	5\$00
O Campo de Santa Clara .....	9\$00	10\$00
Ronda e Silva de Lisboa velha .....	4\$00	5\$00

### AUGUSTO CASIMIRO

Lisboa Mourisca .....	18\$00	20\$00
-----------------------	--------	--------

### HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett .....	9\$00	10\$00
--	-------	--------

### F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas .....	9\$00	10\$00
-------------------------------	-------	--------

### LUÍS MOITA

Ermida de Santo Amaro .....	9\$00	10\$00
-----------------------------	-------	--------

### LUÍS PASTOR DE MACEDO

Ascendentes de Camilo .....	13\$50	15\$00
-----------------------------	--------	--------

### LUÍS TEIXEIRA

O «Diário de Notícias» no século XIX .....	4\$00	5\$00
--	-------	-------

### MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

A Igreja e o Convento da Graça .....	9\$00	10\$00
--------------------------------------	-------	--------

### NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena monografia de S. Vicente .....	9\$00	10\$00
--	-------	--------

### RUY DE ANDRADE

Como o artista Alfredo de Andrade encarava os problemas da edilícia cidadina .....	4\$50	5\$00
--	-------	-------

## CONSIGNAÇÕES

PREÇOS PARA os sócios o público

### EDUARDO NEVES

Lisboa na Numismática e na Medalhística .....	13\$50	15\$00
Do Sítio do Intendente .....	10\$80	12\$00

### FERREIRA DE ANDRADE

Relação das casas foreiras .....	22\$50	25\$00
Senado da Câmara e a Guerra civil .....	27\$00	30\$00
Três touradas no Terreiro do Paço .....	13\$50	15\$00
Palácios Reais de Lisboa .....	45\$00	50\$00

### GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital Militar de Belém .....	18\$00	20\$00
---	--------	--------

### GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Auto de S. João .....	4\$50	5\$00
Lisboa (comédia) .....	18\$00	20\$00

### HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e Sombras medievais .....	45\$00	50\$00
----------------------------------	--------	--------

### HUGO RAPOSO

Primeiro Circuito de Lisboa Moderna em Transporte Colectivo .....	9\$00	10\$00
---	-------	--------

### JOÃO PINTO DE CARVALHO (Tinop)

Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols. cada .....	9\$00	10\$00
--	-------	--------

### JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A Urbanização de Lisboa .....	13\$50	15\$00
-------------------------------	--------	--------

### JULIETA FERRÃO

Lisboa, 1870 .....	9\$00	10\$00
--------------------	-------	--------

### LUÍS PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina .....	6\$80	7\$00
A Rua das Canastras .....	7\$20	8\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé .....	6\$80	7\$00

### LUÍS TRINDADE

Janelas de Alfama .....	18\$00	20\$00
-------------------------	--------	--------

### MÁRIO COSTA

Da Rua Nova à Rua dos Capelistas .....	18\$00	20\$00
--	--------	--------

### MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

Do Sítio do Restelo e das suas igrejas de Santa Maria de Belém .....	45\$00	50\$00
--	--------	--------

### ROQUE GAMEIRO

Lisboa Velha .....	162\$00	180\$00
--------------------	---------	---------

### RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ

Subsídios para a Heráldica Tumular moderna olisiponense .....	45\$00	50\$00
---	--------	--------

AS EDIÇÕES CULTURAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, DA ANTIGA IMPRESSA DE COIMBRA E DA IMPRENSA NACIONAL

# COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

A mais antiga e maior empresa armadora portuguesa nas carreiras de África

SEDE  
RUA DO COMÉRCIO, 85  
LISBOA

SUCURSAL  
RUA INFANTE D. HENRIQUE, 73  
PORTO

*Serviço rápido de passageiros para a África Ocidental e África Oriental,  
Brasil e América do Norte*

## FROTA DA C. N. N.

«Moçambique» .....	18.220 Ton.	«Sofala» .....	18.520 Ton.
«Angola» .....	18.250 »	«Moçâmedes» .....	12.990 »
«Quanza» .....	11.550 »	«Rovuma» .....	12.990 »
«Luabo» .....	3.030 »	«S. Thomé» .....	12.550 »
«Zambézia» .....	3.538 »	«Nacala» .....	5.130 »
«Lúrio» .....	3.538 »	«Tagus» .....	2.320 »
«Índia» .....	11.400 »	«Angoche» .....	1.950 »
«Timor» .....	11.400 »		Em construção
«Save» .....	2.680 »	«Niassa» .....	10.000 Ton. D. W.

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO

# VINHO DO PORTO

« GRAHAM »

« Emperor »  
« Five Crowns »  
« Six Grapes »  
« Imperial Dry »

— «Tawny» Velhíssimo  
— Muito velho e sêco  
— «Vintage» Velho do casco  
— «Ruby» Leve



**GUILHERME GRAHAM JNR. & C.<sup>A</sup>**

Rua dos Fanqueiros, 7  
Lisboa Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6  
Porto Tel. 26961/2

*Distribuidores no Sul*

**JOSÉ LUIZ SIMÕES — LARGO DO CHIADO, 17 — LISBOA**

# Bertrand (Irmãos), L.<sup>da</sup>

FOTOGRAVURA  
TIPOGRAFIA



FOTÓLITO  
DESENHO

T. Condessa do Rio, 27 — Telef. 21368 21227



## Camilo Castelo Branco

O mais apreciado e o mais português  
de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras  
em 80 volumes

Conheça, Leia, Aprecie Divulgue

# CAMILO

EDIÇÕES DA

PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA  
RUA AUGUSTA, 44 a 54

Telef. 31730 End. telegr. PARCEPEREIRA

## FÁBRICA DE LOIÇA DE SACAVÉM, L.<sup>DA</sup>

TEL. P.B.X. FAIANÇAS TELEG.  
2 4958 DE LOIÇA  
2 3902 FANTASIA LISBOA

E DE USO DOMÉSTICO  
LOIÇA SANITARIA E  
DE GRÉS CERAMICO  
AZULEJOS-MOSAICOS

### A MAIS PERFEITA FABRICAÇÃO

LISBOA

AV. DA LIBERDADE, 49 / 57

PORTO  
R. CARMELITAS, 40  
Tel. 22033

COIMBRA  
R. DR. RODRIGUES, 13  
Tel. 3546

## TODOS OS PRODUTOS DA

# COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, VIC,  
AVIZ, PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS, SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos,  
para bem servir os fumadores

Telef. 2 0244

Teleg. PAPELCAR

**PAPELARIA**  
**CARLOS**

DE — CARLOS FERREIRA, L. DA

34, RUA DO OURO, 38

LISBOA

Especialidade em livros para ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

Grande sortido de artigos para DESENHO E ESCRITÓRIO

**ÂNGELO G. RAMALHEIRA**

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES  
PROJECTOS DE ESTABILIDADE  
BETÃO ARMADO

Avenida Sidónio Pais, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LI BOA

— e — Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.º

Telefone 2 6251 — PORTO

**Porcelanas da Vista Alegre**

Já há seis gerações que os lisboetas as apreciam

==== LARGO DO CHIADO, 18 — LISBOA =====

# Pérola do Rocio, L.<sup>da</sup>

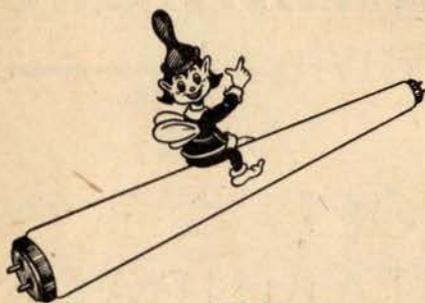
Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas, para todo o país e estrangeiro

Rocio, 105 - LISBOA

Telefone 20744

SE QUERE A MELHOR...



EXIJA

**LUMIA** *fluor*

FABRICAÇÃO FRANCESA  
LICENÇA SYLVANIA

AMIGOS DE LISBOA

PREFIRAM PARA OS  
VOSSOS CONTRACTOS  
A CONHECIDA  
COMPANHIA INGLESA  
DE SEGUROS

**LEGAL & GENERAL**

QUE REPRESENTA  
UMA GARANTIA DE

**180 MILHÕES  
DE LIBRAS**

Rua do Alecrim, 38, 2.º — LISBOA

## OURIVESARIA DA GUIA

FUNDADA EM 1875

JOIAS ◊ OURO ◊ PRATA ◊ RELÓGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 — Telefone 28336  
Rua da Mouraria, 7-11 — LISBOA

Oferta

27. JUL. 1953

# LISBOA

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XVI

JULHO DE 1953

NÚMERO 63

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

Edição e Propriedade de

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administ.: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º — Telefone 2 5711

Comp. e imp. na «Editorial Império, Lda.» — Rua do Salitre, 151/155

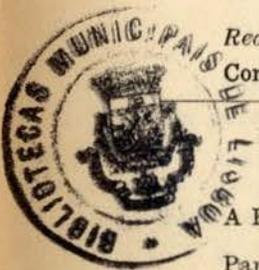
## SUMÁRIO

	Pág.
A Estética Histórico-Marítima da Cidade de Lisboa, pelo Comandante <i>Jayme do Inso</i> .....	131
Para a História da Praça da Figueira, por <i>Carlos Alberto Lopes Teixeira</i> .....	145
Curto Passeio na Velha Lisboa, por <i>Teodoro Lopes Ramos</i> .....	151
Vistas de Lisboa (Conclusão), por <i>António de Aguiar</i> .....	155
Passeio no Tejo, em Julho de 1952, por <i>Eduardo Augusto da Silva Neves</i> .....	160
Mais três Exposições Olisiponenses — <i>Maio-Junho 1953</i> .....	171
Primeira Exposição: Registo de Santos Olisiponenses, palavras de <i>Eduardo Augusto da Silva Neves</i> .....	172
Segunda Exposição: Evocação da obra olisiponense do pintor <i>Alfredo Keil</i> , conferência por <i>Diogo de Macedo</i> .....	174
Primeiro Salão Fotográfico «Amigos de Lisboa» .....	182
Visita de Estudo às instalações da Junta de Freguesia de S. José, em 18 de Janeiro de 1953, palestra pelo Presidente da Junta, <i>J. Bruges de Oliveira</i> .....	184
Sessão de Cinema Olisiponense na «Casa das Beiras» em 23 de Abril de 1953, palestra por <i>Jaime Lopes Dias</i> , seguida de algumas palavras pelo Secretário-Geral <i>Eduardo Augusto da Silva Neves</i> .....	187
Feira da Ladra .....	190

NA CAPA — Vãos geminados do Claustro na Ala Norte da Sé Patriarcal  
(Desenho de *José Espinho*)

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores



# OLISIPO

REVISTA DE LINGUÍSTICA

Volume 10, No. 1, 1978

EDITED BY J. H. GREENBERG

UNIVERSITY OF CALIFORNIA, BERKELEY

BERKELEY, CALIFORNIA 94720

Subscription prices: \$15.00 per volume (2 issues) in advance. Single issues \$8.00. Back volumes available at special discount prices.

## SUMMARY

1. The structure of the verb complex in the languages of the Amazon basin is examined in this paper. It is shown that the languages of this area are characterized by a high degree of complexity in the verb complex, and that this complexity is reflected in the syntax-semantic relations between the verb and its arguments.
2. The structure of the verb complex in the languages of the Amazon basin is examined in this paper. It is shown that the languages of this area are characterized by a high degree of complexity in the verb complex, and that this complexity is reflected in the syntax-semantic relations between the verb and its arguments.
3. The structure of the verb complex in the languages of the Amazon basin is examined in this paper. It is shown that the languages of this area are characterized by a high degree of complexity in the verb complex, and that this complexity is reflected in the syntax-semantic relations between the verb and its arguments.
4. The structure of the verb complex in the languages of the Amazon basin is examined in this paper. It is shown that the languages of this area are characterized by a high degree of complexity in the verb complex, and that this complexity is reflected in the syntax-semantic relations between the verb and its arguments.
5. The structure of the verb complex in the languages of the Amazon basin is examined in this paper. It is shown that the languages of this area are characterized by a high degree of complexity in the verb complex, and that this complexity is reflected in the syntax-semantic relations between the verb and its arguments.
6. The structure of the verb complex in the languages of the Amazon basin is examined in this paper. It is shown that the languages of this area are characterized by a high degree of complexity in the verb complex, and that this complexity is reflected in the syntax-semantic relations between the verb and its arguments.
7. The structure of the verb complex in the languages of the Amazon basin is examined in this paper. It is shown that the languages of this area are characterized by a high degree of complexity in the verb complex, and that this complexity is reflected in the syntax-semantic relations between the verb and its arguments.
8. The structure of the verb complex in the languages of the Amazon basin is examined in this paper. It is shown that the languages of this area are characterized by a high degree of complexity in the verb complex, and that this complexity is reflected in the syntax-semantic relations between the verb and its arguments.
9. The structure of the verb complex in the languages of the Amazon basin is examined in this paper. It is shown that the languages of this area are characterized by a high degree of complexity in the verb complex, and that this complexity is reflected in the syntax-semantic relations between the verb and its arguments.
10. The structure of the verb complex in the languages of the Amazon basin is examined in this paper. It is shown that the languages of this area are characterized by a high degree of complexity in the verb complex, and that this complexity is reflected in the syntax-semantic relations between the verb and its arguments.

Copyright © 1978 by the University of California Press. All rights reserved. Printed in the United States of America. This journal is published quarterly. Single issues \$8.00. Back volumes available at special discount prices.

# A ESTÉTICA HISTÓRICO-MARÍTIMA DA CIDADE DE LISBOA<sup>(1)</sup>

*Pelo Comandante JAYME DO INSO*

Ex.<sup>mo</sup> Snr. Representante de Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Marinha,  
Ex.<sup>mo</sup> Snr. Comandante Nuno de Brion,  
Ex.<sup>mo</sup> Snr. Secretário-Geral do «Grupo Amigos de Lisboa»,

Minhas Senhoras e Senhores:

A Junta Directiva do «Grupo Amigos de Lisboa» distinguiu-me com o convite para realizar uma conferência sobre tema lisiponense, à minha escolha.

Este convite, que muito me honra, veio ao encontro de um alto objectivo em que ando empenhado, qual seja a consagração integral da nossa Epopeia Marítima.

Por isso, é com a maior satisfação que venho perante VV. Ex.<sup>as</sup>, não direi, fazer uma conferência académica, mas apenas com o objectivo de defender ideias e obras integradas naquela consagração.

E, porque estou convencido de que as ideias e obras que defendo representam não só um importante enriquecimento e aformoseamento para a capital, como ainda um prestigioso benefício para o País, desejaria possuir a eloquência de um tributo para melhor defender a causa que terei de expor a VV. Ex.<sup>as</sup> na linguagem simples, mas sincera, de quem costuma encarar os problemas que sente sob um aspecto largo e nacional, absolutamente estranho a considerações pessoais, só visando os superiores interesses da Pátria onde nascemos.

A nossa querida Lisboa, cérebro e coroa da Nação, capital de séculos e de sempre, fulcro da história nacional, formosa e admirada por estrangeiros, garbada e tímida, ainda senhora de um dos melhores se não o melhor porto do mundo, sala aberta do Atlântico a toda a navegação, sempre foi, é, e será por toda a vida, enquanto não mudar a geografia física à face da Terra, uma cidade marítima por excelência.

O mar foi o seu berço, a sua glória, a sua riqueza, glória e riqueza que transmitiu ao bom povo português, por intermédio dos seus famosos marinheiros.

---

(1) Conferência realizada na sede do Grupo, na noite de 24 de Abril de 1952.

Lá o dizem aqueles versos de Pereira Coelho, que o povo consagrou, ao referirem-se ao coração de Lisboa antiga, aquele escrínio de tão formoso pitoresco que é Alfama, por onde pelejaram os Cruzados:

*No alto mar  
Fomos nós sempre os primeiros,  
Com Alfama a palpitar  
Em fardas de marinheiros.  
Porque afinal,  
Foi destas pobres velas  
Que um dia foi Portugal  
A bordo das caravelas...*

versos que nos soam como um cântico de singelíssima beleza, a relembrar-nos o que foi e o que é o nosso destino, o nosso fado — o mar!

Os mortos mandam pelas lições que nos deixaram. A história é grande mestra da vida, e todos quantos nos prezamos de saber pensar, especialmente aqueles a quem incumbem as funções de direcção e mando, precisam de revivê-la, de meditá-la.

Permita-se-nos, pois, que, de relance, recordemos alguns passos da nossa história marítima, a qual, já se tornou axioma enunciar, é a espinha dorsal da nossa história.

A história de Lisboa, cidade cem por cento marítima, não escapa, nem podia escapar à verdade deste axioma.

Daqui partiu a expedição de Ceuta, que, em 1415, marcou o prelúdio da nossa epopeia marítima. Desbravados, à custa de muito esforço, dinheiro e vidas — um terço dos que partiam não voltavam —, os caminhos de mares desconhecidos, daqui partiu Vasco da Gama para a imortal viagem da Índia, que marcou uma viragem na história da Humanidade, e, como muito bem salienta Gago Coutinho, foi «pela barra de Lisboa que chegaram à Europa as primeiras naus, vindas da Índia e do Brasil e, até, a precursora caravela de Colombo, com a notícia do seu descobrimento das «Índias Ocidentais».

Pensando bem, que maravilhoso destino foi este, o de Lisboa, centro donde irradiou para o mundo europeu ou ocidental, o conhecimento de se terem finalmente atingido, pelos caminhos do mar, há tantos séculos buscados, aqueles mundos tão nebulosamente conhecidos ou ainda mal suspeitados, que ficavam para Oriente e Ocidente do Atlântico!

Estes acontecimentos, que conferem singular brilho não só à história de Lisboa, como à civilização ocidental, especialmente à raça latina, não podem ser encarados como uma simples sequência feliz de factos acidentalmente sucedidos: eles foram o resultado lógico das directrizes marítimas que os nossos maiores souberam imprimir à nacionalidade, cujas consequências alcançaram tal projecção que ainda hoje Portugal encontra nelas o maior esteio da sua continuidade e segurança.

Entretanto, não podemos deixar de considerar a consequência mais importante que, desde logo, nos trouxe o descobrimento do caminho marítimo para a Índia, qual foi, como VV. Ex.<sup>as</sup> todos sabem, o declínio das Repúblicas italianas, que monopolizavam, então, o rico comércio dos produtos orientais que lhes chegavam da Índia e dos confins do Catai, por via Bagadá e Suez.

Lisboa destronou Veneza, depois que vencemos o Turco, nas portas da Índia, como anteriormente vencêramos o Mouro, às portas do Europa.

As nossas lutas no Pérsico, em Dio e junto do Mar Vermelho, foram, afinal, pela supremacia e pela grandeza da cidade de Lisboa, rainha que foi de um Império cujas raízes eram os ferros das nossas âncoras forjadas na capital do mesmo Império que se chamou — de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além Mar em África, do comércio e da navegação da Etiópia, da Arábia, da Pérsia e da Índia!

Até à época henriquina o mundo conhecido era um pequeno mundo, e passou a ser outro, quase o actual, quando Lisboa, no século de quinhentos, anunciou à Europa a sua verdadeira extensão.

Lisboa bem poderá chamar-se, pois, a capital geográfica do globo que habitamos.

Maravilhoso destino foi o desta cidade, que nós nunca devemos esquecer mas, pelo contrário, muito lembrar, a começar nas escolas, desde as primárias às superiores, expondo os factos de harmonia com as idades dos alunos, para lhes falarmos à imaginação ou à razão, de forma que fiquem conhecendo bem o que o mar representa para a Nação e para a capital do Império. Não se tem seguido este critério no nosso país, o que é inconveniente.

Tal é, em brevíssima síntese, o esplendoroso panorama histórico-marítimo da cidade de Lisboa.

A esta visão inexcedida, nem sequer igualada por qualquer outra capital ou porto, sob o ponto de vista que acabamos de considerar, corresponde algo de condigno, em extensão, beleza e arte, que a lembre no panorama estético da cidade? — Não!

Enquanto em Veneza, a grande rival destronada, restam palácios e monumentos que atestam o esplendor da sua passada glória marítimo-mediterrânica, que podemos encontrar, em Lisboa, o que há que ateste, que lembre ao mundo, na estética cidadina, a sua grandeza atlântica de projecção mundial? — apenas os Jerónimos e a Torre de Belém, por assim dizer, extramuros, fora do centro da cidade.

É pouco, muito pouco, para a herança que Lisboa e todos nós devemos ao mar.

Bem haja a Câmara Municipal pelo formidável esforço desenvolvido no aformoseamento de Lisboa. Só temos que nos regozijar pela deliberação tomada de alindar e valorizar, no coração marginal da cidade, um dos lugares mais

centrais, qual é a região compreendida entre o Terreiro do Paço e o Cais do Sodré.

Desta forma, a actual edilidade não só resgata um erro e uma falta prolongada desde gerações, como está contribuindo eficazmente para o desenvolvimento da estética histórico-marítima da capital, facto este que, além de constituir um prognóstico animador do bom termo a alcançar, quanto ao objectivo que tenho a honra de submeter a VV. Ex.<sup>as</sup>, é um incitamento a todos os amigos de Lisboa para que se unam no combate ao descuido, de tantos anos, em aproveitar o filão inesgotável das nossas tradições marítimas para alindar esta cidade.

Não haverá ocasião mais oportuna para iniciar este combate do que o momento que decorre. Efectivamente, Lisboa está a tornar-se cada vez mais garrida, veste-se à moda, surpreende-nos com as ondas alvoroçadas das suas casas e monumentos novos, que se erguem em ruas, as ruas em bairros, que se estendem como tentáculos alastrando pelos vales, encostas e montes que matizam os campos que a circundam num carinhoso amplexo da Natureza.

Esta febre de embelezamento não é peculiar a Lisboa, verifica-se em cidades, vilas e aldeias, da Metrópole aos confins do Império, desde as terras fulas da Guiné, em plenas regiões equatoriais, aos confins de Angola, de Cabinda a Nova Lisboa, e de Caconda à Baía dos Tigres; em Moçambique, da Polana a Porto Amélia e à nascente Nacala; oferece um aspecto feérico no presépio exótico e único no mundo do Oriente que é Macau; alastra até aos antípodas, desde a nova Díli, a edificar para além de Lahane, e, por toda a parte, em Timor, atingindo os caminhos ásperos do Ramelau, o mais alto píncaro, do Ultramar Português.

Esta febre de embelezar não se restringe ao nosso Império, mas estende-se a todos os Impérios, a todas as nações, desde as ruas de Adis-Abeba, capital daquelas outrora nebulosas terras do Preste-João, ao Far-West americano, e das férteis planícies gaúchas da Argentina à desolação das ruínas que cobrem o mundo, desde Hiroshima, no Japão, às cidades mártires da Bélgica e da Holanda, e provavelmente, também, verifica-se sobre as neves da Rússia, sobre todas as terras ainda sangrentas da passagem do monstro que a todos aflige e que se chama guerra.

Isto é: encontramos-nos em face de um fenómeno mundial, uma espécie de renascença surgindo como um antídoto necessário perante as ruínas, as depredações, os sofrimentos físicos e o abalo da lei moral que tínhamos por amparo do espírito.

Dir-se-ia que este busca recuperar o tempo perdido na ascense da sua evolução — o caminho para o alto.

Mas lembremo-nos que, além da evolução, há outra lei extra-humana que nos governa: a do ritmo.

E, deste modo, devemos contar que, a este período de renascimento aqui-

tectural superconstrutivo, e alcançado que seja um determinado equilíbrio, outro período se seguirá de acalmia e estagnação.

Tudo isto é conveniente ponderar, olhando de alto os factores que, fatalmente, hão-de vir a influenciar o problema da nossa linda Lisboa, que nos propusemos tratar: orientar o seu aformoseamento no sentido da consagração — tão incompleta ainda — da nossa epopeia marítima.

Entretanto, é de notar, e para o facto desejo chamar a atenção dos Amigos de Lisboa, que a contribuição da capital para aquela consagração constitui uma parcela, um factor de importância máxima.

E, se conjugarmos esta circunstância com a da oportunidade do momento que passa, em que se arrasam bairros e outros se erguem, oportunidade única numa geração para empreendimentos desta natureza, fácil é concluir que, se quisermos conseguir algo de útil em prol do ideal que aqui me traz, se por mais alguém ele for compartilhado — fácil é concluir que deve agir-se com urgência e decisão.

E quem, melhor do que os Amigos de Lisboa, se poderá tornar paladino desta Cruzada?

Há que enveredar por caminhos práticos, e o limiar desses caminhos é estabelecer um plano para prosseguir nele imediatamente.

Não é a mim que compete estabelecê-lo e, muito menos, executá-lo. Mas, dentro desta feição que nos cria a vida do mar, onde somos levados à execução imediata da ideia brotada sob circunstâncias imperativas, isto é, em que o pensamento e a acção, por tanto andarem a par, se tornam hábito, necessidade, até, seja-me permitido expor, a traços largos e sem o menor intuito ou vislumbre de alguém melindrar, o que penso sobre o assunto, apenas à laia de uma troca de impressões, num ambiente de família, como é o desta casa, dos Amigos de Lisboa.



Creemos não errar muito se dissermos que Lisboa, sob o ponto de vista estético-monumental, pode assemelhar-se a uma doente padecendo de fraqueza congénita e, como tal, necessita de um tratamento cauteloso e prolongado — releve-me a Medicina esta intromissão em campo tão delicado, o que apenas se justifica por facilidade de exposição.

O tratamento tem que ser encarado sob um duplo aspecto: o físico ou material, e o psíquico ou emotivo, ambos eles intimamente correlacionados.

Será, portanto, este o processo que procuraremos seguir nesta troca de impressões, em que nos cingimos ao caso especial dos monumentos citadinos de carácter exclusivamente histórico-marítimo.

O aspecto emotivo, é bom acentuar, reveste-se aqui duma importância primordial, dado o relevo histórico do objectivo a atingir, que deve ser tratado num plano de nível paralelo ao do cântico de *Os Lusíadas*.

É este, julgo, o melhor processo de tratamento para conseguir reanimar a doente, de forma a dar-lhe uns acentuados traços de louçania, no que ela tem de mais belo nas suas tradições — a vida do mar.

Posto isto, haverá que examinar-lhe os órgãos, metódicamente, que é como quem diz, as várias áreas que podem interessar ao aspecto e às tradições marítimas, para nelas se demarcar as partes aproveitáveis, muito especialmente na zona marginal do Tejo, de modo a poder acrescentar-se, pela arte do homem, a beleza natural da cidade, impondo-a aos vindouros como um quadro de indiscutível valor histórico nacional.



Minhas senhoras e meus senhores:

Eu gostaria de trazer-vos aqui alguma coisa mais do que simples palavras e ideias. Eu gostaria de trazer-vos factos e obras; eu gostaria de transformar-me em engenheiro, arquitecto e urbanista, para vos apresentar um projecto do plano que tão incompletamente acabo de expor, de forma a poder ser apreciado, discutido e aperfeiçoado, porque parto do princípio de que, em empreendimentos desta natureza, o que mais importa é a perfeição da obra a legar aos vindouros, sem preocupações pessoais de espécie alguma, sendo de aproveitar, para tal fim, o concurso de todas as competências e inspirações.

Mas, na impossibilidade de poder efectivar este meu desejo por forma mais útil, prática e palpável, vou procurar concretizar a minha exposição com alguns factos e exemplos que não passam de sugestões que submeto à apreciação de VV. Ex.<sup>as</sup> e das entidades competentes, como complemento que julgo conveniente acrescentar a este meu modesto contributo para uma Lisboa mais bela e de maior esplendor.

Nesta ordem de ideias, começarei por estabelecer limites à área de Lisboa à qual se aplicam as considerações que acabo de fazer e as que passo a expor.

Esta área é a faixa marginal compreendida entre Alfama, a Leste, e a Torre de Belém, a Oeste.

O limite leste justifica-se porque foi pelas alturas de Alfama, incluindo o Castelo de S. Jorge, que nasceu Lisboa, como porto marítimo, e porque foi exactamente no mesmo local que se efectuou a conquista de Lisboa aos Mouros, numa acção anfíbia, como hoje diríamos, mediante o concurso dos Cruzados, vindos do Norte da Europa, em armadas próprias.

Isto é, na Lisboa cristã e lusitana, surgiu, desde o começo, o importante factor marítimo que havia de torná-la grande e famosa.

E tão importante foi este factor marítimo nos alvares da nacionalidade, que D. Afonso Henriques não teve dúvidas em conferir distinções especiais à gente de mar daquela recuada época, como se infere do foral de Lisboa, de 2 de Maio de 1179, no qual consta o seguinte passo: «De Navyo verdadeiramente

mando que o alcayde e dous espedaleyros e dous próeyros e hũu petintal (calafate) aiam o foro de caualeyros».

Não podemos, pois, deixar de associar o nosso primeiro Rei, que tão ostensivamente patenteou a sua clara visão quanto ao poder marítimo, não podemos deixar de associá-lo à obra que nos ocupa.

D. Afonso Henriques, se bem que guerreiro e cavaleiro esforçado, por excelência, fundador de um reino, e não marinheiro, fez do mar um flanco de apoio, ao qual dispensou certo carinho, criando, assim, o germe da nossa incipiente Marinha, que outros reis tanto haviam de desenvolver.

A estátua do Fundador, erguida no Castelo, não a que lá se encontra, mas outra, maior, monumental, que se aviste tanto de terra como do mar, ficaria sendo o símbolo não só da Fundação de Portugal e da Conquista de Lisboa, como da aliança da gente lusitana com o «Grande Mar Oceano».

Associe-se a esta mais que merecida glorificação do nosso primeiro Rei, o indispensável arranjo urbanístico do bairro do Castelo, já previsto por Duarte Pacheco, no qual se inclua uma justa rememoração da acção marítima na tomada de Lisboa, quer por meio da toponímia local, construindo, por exemplo, um Terreiro dos Cruzados, nome tão tipicamente português, no qual se procuraria reproduzir, tanto quanto possível, o ambiente da época, e ainda, alindando o bairro de Alfama com algumas realizações comemorativas, quer da passagem dos Cruzados, quer dos seus antigos marinheiros embarcados nos «navios das descobertas», e teríamos assim criado um interessantíssimo panorama evocativo da época primeira da capital, que tanto contribuiria para valorizar a estética histórico-marítima da cidade de Lisboa.

A propósito, devo citar o facto de o chafariz de El-Rei, à beira de Alfama, ter representado um papel importante na higiene das guarnições das naus, quando partiram para longas viagens\*.

Era a água daquele chafariz a preferida, pela sua pureza, para encher os tonéis em que se conservava nos porões, sendo cuidadosamente racionada, só para beber, de forma que, quando de torna-viagem, ainda algum tonel chegasse com água até Lisboa.

Esta era uma forma de combater um dos maiores males que afligiam as

---

\* «O Chafariz de El-Rei ou o Chafariz Real teve uma grande celebridade e exerceu um papel muito importante no abastecimento de água à cidade de Lisboa e aos barcos e navios que desde o século XV daqui partiam para as descobertas e conquistas. Este chafariz era designado no reinado de D. Afonso II ou III por *chafariz Sancti Johannis* (da Praça), e é porventura a mais antiga fonte pública de Lisboa, já existente com certeza no tempo do domínio romano e do muçulmano, mas provavelmente no lado interior da cerca moura, se bem que não haja documento a confirmá-lo».

(*Cerca Moura de Lisboa*, de A. Vieira da Silva — Lisboa, 2.<sup>a</sup> edição — Pág. 148).

guarnições de então — o escorbuto — pois a água que se metia durante a viagem, em más condições, apodrecia e tornava-se perigosa.

Não poderia perpetuar-se a memória desta tradição local sob uma forma decorativa?

Não poderia, ainda, noutro ponto de Alfama, a escolher, erigir-se um singelo obelisco, encimado por uma caravela, no qual se inscrevessem, em bronze, aqueles versos tão sugestivos, na sua simplicidade, onde se diz: — «foi destas pobres vielas que um dia foi Portugal a bordo das caravelas»?

É de notar que no século XIII já se construíam navios em Lisboa, presumindo-se que no reinado de D. Sancho II as antigas *Taracenas* ou *Teracenas*, nome que então se dava aos Arsenais, ficariam situadas pelas margens de Alfama.

Tudo isto poderia ser aproveitado como motivos decorativos da estética histórico-marítima deste bairro, justificando-se, assim, escolher-se para servir de limite leste da zona considerada.

E, porque foi de Leste para Oeste que Lisboa cresceu, progrediu e se desenvolveu, até que de uma histórica praia de Belém partiu para a mais famosa viagem feita pelos mares, e que jamais poderá repetir-se à superfície da Terra, porque foi dali que partiu a pequena frota de Vasco da Gama, de cujo êxito resultou a maior glória de Portugal, por isso escolhemos o evocativo monumento que Belém nos oferece, a sua Torre, envolta na mística arrendada do estilo manuelino, para limite Oeste da faixa marginal considerada.

Isto não significa que, para além destes limites, não haja de estender-se o objectivo da consagração da nossa epopeia marítima. Não, esta consagração há que estendê-la a todos os mares e continentes; mas vamos por partes, e, neste momento, cinjamo-nos apenas à faixa marginal de Lisboa entre Alfama e Belém, que já temos bastante com que nos ocupar.



Apontada esta sugestão para marcar o desenvolvimento da estética histórico-marítima de Lisboa na parte Leste da faixa considerada, passaremos a considerar o extremo Oeste.

No bairro de Belém respira-se como que uma unção religiosa conservada desde o início das nossas grandes navegações: dir-se-ia um sítio predestinado para o desenrolar da nossa história.

O Bairro do Castelo como que vive numa saudosa penumbra do passado, aquecida pela luz suave e *sui generis* daquele céu que, mercê talvez da extensa massa de água fronteira que lhe oferece o Tejo, se distingue do restante que cobre a cidade.

Belém revela-nos outro ambiente: o do grande sonho do mar. É um ambiente mais próximo de nós, mais animado, e no seu recolhimento relativo, fora

do maior bulfício da capital, parece que nos surgem faíscas onde brilham os fulgores daquela Índia à qual para sempre nos ligámos.

Estes dois bairros extremos são duas notas distintas e únicas, de incomparável valor, que pulsam com o coração da cidade.

Cada um deles tem a sua alma, a sua cor, a sua poesia, a sua história, a sua linguagem a falar-nos ao sentimento.

São, na verdade, duas jóias incomparáveis que há que trabalhar para dotar Lisboa de um diadema como capital alguma pode orgulhar-se de possuir: o diadema da sua estética histórico-marítima.

Entendemos que, no aformoseamento de Lisboa, tudo deve sacrificar-se à construção deste diadema, tornando-o como que um halo luminoso do nosso papel atlântico na História.

Veja-se, pois, a que estudo, a que carinho, a que inspiração não é preciso recorrer para que a grande jóia resulte adaptável e harmónica no conjunto da urbe, bela na sua forma, permitindo apreender-se-lhe o significado ao simples olhar, e sentirmo-nos orgulhosos de possuí-la.

Prosseguindo no meu processo de exposição, passarei a objectivar a ideia, quanto a Belém, tal como fiz a respeito do Castelo.

O Bairro de Belém oferece-nos um triângulo estético-marítimo de notável valor, até turístico, a prender-nos especialmente a atenção.

Consideremos os três vértices deste triângulo, respectivamente marcados pela Torre de Belém, pela Capela de S. Jerónimo, onde foram orar Vasco da Gama e os seus companheiros antes de largarem para a Índia em 1497, e pelo Jardim Colonial, triângulo dentro do qual se situam os Jerónimos, dois museus, e que tem adjacente o histórico lugar donde descolaram os aviadores portugueses que efectuaram a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, no ano de 1922.

A Torre de Belém, que emergiu há pouco do opróbrio em que esteve mergulhada durante tantos anos, é um lugar de romagem que merece ser visitado.

Do alto daquela relíquia arquitectónica, cuja construção remonta ao princípio do século XVI, a vista espraia-se sobre um largo horizonte, dividido entre a terra e o mar.

O panorama terrestre desdobra-se sobre uma planura de aspecto pobre, inculca de arte, entre uma feia bateria e os apetrechos do porto.

São duas perspectivas que ali se podem considerar: a do fundo ou mais longínqua, limitada pela crista da ondulação do terreno, onde se destaca, na nossa frente, a célebre ermida, e a mais próxima ou vizinha de nós, sobre a qual nos debruçamos das ameias da Torre.

No inexpressivo quadro oferecido pela primeira, destaca-se, como uma nota

prometedora, a fita larga da Avenida da Torre, que pára junto ao morro sobre o qual se ergue a Ermida restaurada.

Bem haja a Câmara Municipal, que já deste modo ali marcou a promessa de atenções futuras.

Dentre o muito que há a realizar nesta perspectiva para torná-la digna moldura da jóia que tem aos pés, lembra-nos a construção de dois grandes edifícios em estilo manuelino, coroados pela esfera armilar, a abrirem a entrada daquela avenida, e a construção duma escadaria monumental de acesso à Ermida, a destacar-se entre maciços de verdura e ladeada por estátuas ou bustos de pedra recordando nomes de alguns dos tantos obreiros esquecidos da nossa epopeia do Mar.

O mesmo ornamento, ou outros, relacionados com aquele motivo, poderiam reproduzir-se nos cruzamentos das ruas transversais da avenida, onde ainda fosse possível fazê-lo.

Afigura-se-me que estes simples traços, a assinalarem um ambiente novo naquela interessante região ribeirinha do Restelo, tão presa à nossa maior tradição, atenuariam grandemente a aridez da paisagem que tantos estrangeiros contemplam quando visitam a Torre de Belém, que é digna de melhor cenário.

O resto viria depois e os nossos urbanistas encontrariam a melhor solução para imprimir um aspecto mais nobre àquele bairro que nos parece seria interessante delinear, caso possível, em forma de leque, tendo o eixo numa praça que partisse da Avenida da Torre.

Quanto à perspectiva que, por terra, circunda este monumento, não conheço melhor sugestão para preenchê-la do que o anteprojecto, de um Jardim da Marinharia, do qual é autor o sr. Vítor Ventura Ferreira, funcionário aposentado do Ministério do Ultramar, um hábil artista que muito se tem dedicado a assuntos das nossas navegações e expansão pelo mundo, e que pena é não possa encontrar-se aqui, entre nós, devido ao seu melindroso estado de saúde. É ele o autor do grande planisfério luminoso exposto na sala do Algarve da Sociedade de Geografia de Lisboa.

A característica mais importante deste jardim é possuir um planisfério gigantesco, de cerca de 95×5 metros, emergindo de um espelho de água, em que o relevo dos continentes se recorta em pedra, e no qual se indicam, não só as áreas cobertas pelo Império Português, como o traçado das grandes Viagens dos Descobrimentos.

Este espelho de água, colocado num desnível inferior ao piso do jardim, é enquadrado por um rectângulo, cujos muros, elevando-se até ao nível do terreno, seriam decorados segundo o estilo arquitectónico da Torre, e no qual se gravariam não só certos elementos relativos às nossas Províncias Ultramarinas, como o maior número possível de nomes dos nossos homens do mar ou daqueles que, pelo mar se distinguiram, como navegadores, pilotos, cartógrafos, etc., podendo ainda ser ornamentado com desenhos de vários tipos de navios.

Uma ampla escadaria daria acesso ao corredor que circunda o espelho de água, e o jardim seria aformoseado, nos canteiros e nos cruzamentos das ruas, com algumas daquelas lindas rosas-dos-ventos que iluminam as nossas antigas cartas, formadas por colorido mosaico de pedras, combinados de relva e de flores, conforme afirma o autor do projecto em breve memória com que acompanha o seu anteprojecto.

Nela afirma ainda que as reproduções das pedras de Digton e do Yelala, como importantes padrões históricos a atestarem a prioridade da chegada dos nossos navegadores ao continente americano e ao rio Zaire, poderiam ser ali colocadas em dois amplos terreiros, onde se exhibiriam, em lugar de permanecerem esquecidas, como hoje sucede.

Reproduções dos nossos navios antigos, feitos de vidro, iluminariam os traçados das derrotas.

Eis, a traços largos, o desenho deste jardim decorativo que serviria de panorama a quem, subindo à Torre, museu a relembrar os nossos feitos antigos, se debruçasse sobre a cidade.

Não haverá nada que aproveitar desta originalíssima forma — por certo única — de apresentar aos olhos dos visitantes de Belém, a grandeza da nossa expansão marítima?

Os técnicos, os engenheiros, os architectos e os urbanistas, que o digam, mas quer parecer-me que algo poderia aproveitar-se da sua originalidade, saindo dos vulgares traçados que se applicam em qualquer parte, para estender por Belém, numa nota cheia de colorido, a estética histórico-marítima do extremo occidental da margem do Tejo que estamos a considerar.

Consideremos agora o terceiro vértice do triângulo de Belém: o Jardim Colonial.

Este Jardim oferece-nos um ambiente excepcional para nele instalar uma réplica do Pagode da Barra de Macau, ao qual os Chineses dão o nome «Ma-Kok-Miu».

O Pagode da Barra anda intimamente associado à vida marítima daquela nossa Província Ultramarina e bem pode classificar-se de único pelo seu valor estético, pela sua antiguidade, pela beleza ingénua da sua tradição que parece tocada pelo espírito de graça das crenças cristãs, pelo simbolismo de que se reveste, tornado que foi um *ex-libris* de Macau, pelo pitoresco que oferece quando da grande e única festa anual da antiga China, qual era a do Ano Novo, e porque estabelece, por assim dizer, e pela via marítima, uma ligação, uma ponte de passagem entre a espiritualidade oriental dos Chineses e a dos Europeus, principalmente dos Portugueses.

É por isso que tantos artistas, poetas e sinólogos, tanto nacionais como estrangeiros, até Chineses, entre os quais citarei o pintor inglês Chinery, que

se dedicou especialmente a quadros do Oriente, e Camilo Pessanha, um dos nossos maiores enamorados da China, lhe consagraram a sua atenção, estudo e carinho.

O Pagode da Barra, hoje, que a China, mártir e revolta, vítima das suas longas lutas internas, da maldade satânica dos ocupantes Japoneses e das destruições causadas pelo comunismo, se vê privada de quase totalidade dos seus templos e monumentos, hoje, o Pagode da Barra tornou-se, quero crer, uma jóia architectónica sem rival em todo o Oriente.

Macau, o mais mimoso produto da nossa ventura e aventura do mar, coroa refulgente do nosso Império Ultramarino, bem merece que por esta forma se relembre e compartilhe, em Lisboa, na consagração da nossa epopeia marítima.

Finalmente, e antes de abandonarmos este Bairro tão preso às nossas navegações, direi ainda que paira sobre Belém uma nebulosa de luz onde se vislumbra um ambicionado monumento: O Museu de Marinha, como peça das mais valiosas daquele diadema glorioso que todos devemos cinzelar e oferecer à nossa querida Lisboa.

E os Jerónimos?

Os Jerónimos constituem uma das mais valiosas, se não a mais valiosa peça do Museu de Marinha.



Deixemos agora os limites extremos da faixa marginal que nos ocupa, e deitemos uma vista de olhos sobre a malfadada margem do Tejo que a cobre.

Sob o ponto de vista da estética citadina, é uma região de longa data ulcerada, cheia de cicatrizes indeléveis, e que, além disso, oferece um aspecto curioso que faz lembrar o da situação política da Europa dividida por uma cortina de ferro.

Aqui, a zona marginal ou líquida, está separada da zona terrestre ou sólida, por uma cortina ferroviária que talvez goze da propriedade de ser única entre os portos de todos os mares.

O ideal seria levantar ou baixar aquela cortina, fazendo-a desaparecer da superfície do terreno, facultando o alargamento, que se impõe, da Avenida da Índia, o que permitiria facilitar, de certo modo, os embelezamentos a que visamos, como sucederia, por exemplo, com os acessos às Gares Marítimas.

Estas, que já marcam uns reconfortantes oásis nesta inestética zona, poderiam ainda ser beneficiadas, sob o ponto de vista aqui considerado, dispondo, nos recintos que as enfrentam pelo lado terrestre, algumas manchas de verdura a par doutras de mármore onde, com arte, se exhibissem motivos da nossa história marítima.

E, no princípio e no término da nova Avenida de Ceuta, não haveria lugar para uma idêntica exibição, onde se representassem, respectivamente, cenas da

tomada de Ceuta aos Mouros, e do estado em que hoje ali se encontram os restos da nossa passagem pela mesma cidade, atestada por tão duradouras quão gloriosas muralhas?

Além da reconstrução dos Palácios da Praça do Império, afecta a quem de direito e que com competência a solucionará, só resta considerar por agora, como objectivo mais próximo a realizar, a urbanização da faixa compreendida entre o Terreiro do Paço e o Cais do Sodré, que todos esperamos se torne breve realidade.

Num feliz projecto da Câmara Municipal de Lisboa, este átrio marítimo da cidade será ornamentado com a estátua de D. João II, e temos esperança que no mesmo local não deixará de ser condignamente assinalada, no mármore e no bronze, a existência da famosa Ribeira das Naus, que ali defronte e a curta distância do cais, lembraria aos visitantes que desembarquem, o grande papel que aquelas antigas carreiras desempenharam na nossa história do mar.

Tais são as sugestões que tenho a honra de depor nas mãos dos Amigos de Lisboa, tanto os filiados nesta casa, como os de fora, e que, quando para mais não sirvam, poderão contribuir para pôr em marcha uma obra altamente patriótica sob o ponto de vista nacional, e de valorização estética e interesse turístico para a nossa capital.

Finalmente, minhas senhoras e meus senhores — a quem reitero os meus agradecimentos pela honra da vossa presença, e que tão benévola me tendes ouvido — permiti-me que ainda acrescente umas breves considerações.

Trata-se de uma consagração marítima. Portanto, os assuntos marítimos oferecem, em todas as realizações a efectuar, uma importância capital.

As coisas, tal como a vida do mar, têm a sua técnica e a sua psicologia próprias, que muito convém imprimir, na medida do possível, às obras a efectuar, para lhes transmitir um sabor e uma verdade que, sem desdouro para ninguém, só as valorizarão.

Por isso, e apenas com o intuito de nos aproximarmos daquela perfeição que é ideal sempre presente aos verdadeiros realizadores, muito conviria que a esta obra da consagração da nossa epopeia marítima se associasse a Marinha, mediante a cooperação gostosamente prestada pelos seus técnicos, que \*, apesar de

---

\* Um exemplo, apenas, a justificar a doutrina exposta: existe no jardim do Cais do Sodré um pequeno monumento intitulado «O Homem ao Leme», no qual se representa a popa de uma pequena embarcação, onde o patrão empunha o leme, não como na realidade o faz qualquer marítimo a governar uma embarcação daquele tamanho, comodamente com a cana do leme segura com uma das mãos, e, se à vela, com a escota presa pela outra mão, mas em pé, com os músculos todos retesados, num esforço enorme, hercúleo, como se se tratasse de amparar um muro a derruir, o que destrói toda a verdade do quadro da vida marítima que se quis reproduzir, e, por mais verdadeiras que possam ser as linhas anatómicas da figura apresentada, o objectivo do artista foi totalmente pre-

trabalharem em silêncio, como é tradição e feição que o próprio meio lhes imprime, nunca deixam de ter presente aquele lema bem visível a bordo, em letras de bronze, cuja projecção os transporta muito para além das amuradas do seu navio, e que os estimula e os leva a bem servir: — *A Pátria honrai que a Pátria vos contempla!*

---

judicado e só faz sorrir o homem do mar, para quem um tal desequilíbrio quase se reveste de grotesco. O concurso de um técnico marítimo — que em nada afectaria o valor do artista, que não tem o dever de conhecer os pormenores das coisas do mar — teria evitado uma tal desvalorização da sua obra.

# PARA A HISTÓRIA DA PRAÇA DA FIGUEIRA

por CARLOS ALBERTO LOPES TEIXEIRA

**D**URANTE a minha estadia periódica numa aldeia de Trás-os-Montes, ao examinar uns livros antigos, em casa duns parentes, despertou-me a atenção uma brochura constituída por alvarás do reinado de D. Maria I, publicados nos anos de 1791 a 1801. Entre muitos, houve um que me despertou mais atenção, por se referir ao nosso mais antigo e mais alegre dos mercados lisboetas, a desaparecida Praça da Figueira. O alvará, publicado no ano de 1800, que passo a transcrever na íntegra, intitulava-se

## «REGULAMENTO DA PRAÇA DA FIGUEIRA

§. I. As cabanas, ou lugares, que circulão a Praça da Figueira, sòmente devem ser occupados por mulheres que nellas effectivamente existão de dia sem sociedade para venda dos generos, de Aves, e Caça, Fruta, e Hortaliça, com exclusivo quaesquer generos, ou tràfico na fórma que abaixo se declara.

§. II. Nas cabanas da Praça do lado Sul, poderão por hora continuar a existir, como em arruamento, as lojas dos officios de Colxoeiros, Albardeiros, e Cordoeiros, que actualmente existem, tanto pela sua boa conducta, quanto pelo arruamento que alli fórmão em utilidade pública, porém logo que forem vagando, os actuaes rendeiros, se não poderão arrendar a outros, mas sòmente a mulheres, para a venda dos generos permitidos, na fórma seguinte

§. III. Nas Cabanas da Praça do lado Poente poderão continuar a existir, como arruamento, e na fórma em que actualmente se achão todas as Galinheiras, e outras mulheres, que quizerem vender toda a qualidade de Galinhas, Aves, e Caça, por grosso, ou por miudo, cuja venda, e tráficos destes generos lhes fica sendo permittido nestes lugares sòmente, tanto da frente, como do fundo, com exclusiva de outros quaesquer generos.

§. IV. Nas Cabanas da Praça dos dous lados, do Norte, e Nascente, poderão as mulheres continuar a fazer as suas vendas, a saber; nas de frente os generos de fruta, e nas de fundo os generos da hortaliça, como sempre se praticou, e poderão humas, e outras vender commulativamente, queijos, ovos, e usar de pezos, de quatro arrates, até quarta, e das medidas, de meio alqueire até sala-

mim, com exclusiva de outros pezos, ou medidas maiores, que sendo-lhes achadas, serão condenadas, pela primeira vez em dez tostões, e pela segunda em dous mil réis, e pela terceira em quatro mil réis pagos da cadêa, e isto se entenderá achando-se os pezos, e medidas afferidas, e conformes com o Padrão, porque estando huns, e outras falsificados, ou diminutos, em tal caso serão condemnadas na pena imposta aos que usão de pezos, e medidas falsas, e o mesmo igualmente se pratica com as Mulheres que já existem nas Cabanas do lado do Sul, e com as que de futuro as forem occupar, pelas vacaturas dos Colxoeiros, Albardeiros, e Cordoeiros existentes.

§. V. Nenhuma das Mulheres, que nas Cabanas da Praça, vender fruta, ou hortaliça, poderá vender alguns dos generos que são permittidos ás Gallinheiras, nem estas poderão vender, os permittidos áquellas, pena de que fazendo o contrario, serem condemnadas, pela primeira vez, em dous mil réis, e pela segunda, em quatro, e pela terceira, na mesma pena, e perdimento dos generos.

§. VI. Nenhuma das Vendedeiras, de quaesquer dos ditos generos, que na Praça tiver lugar de arrendamento, poderá de dia, ou de noite, por si, ou por interposta pessoa, fazer, ou mandar fazer venda de quaesquer generos, em qualquer sitio da Praça fóra do seu lugar, pena de que fazendo o contrario, pagará pela primeira vez, quatro mil réis de condemnação, pela segunda, oito mil réis, e perdimento dos generos, que lhes forem achados expostos à venda, e pela terceira, expulsa do lugar, ou lugares que na dita Praça tiver, pagando executivamente a renda delle por inteiro do semestre, em que isso acontecer.

§. VII. Não poderá existir como familiar, homem algum, qualquer que seja nas Cabanas, ou lugares, que as Vendedeiras de quaesquer dos ditos generos tiverem de arrendamento na Praça da Figueira, á excepção dos que forem legitimamente casados com as mesmas Rendeiras, porque estes poderão existir de dia nos lugares com as suas mulheres, com tanto que não figurem nunca de donos delles, nem nelles vendão, ou para elles comprem cousa alguma, nem causem, ou ajudem alguma desordem na Praça, pena de que sendo comprehendidos em qualquer destes casos, serem condemnados, pela primeira vez, em quatro mil réis, pagos de cadêa, pela segunda, em oito mil réis, e dez dias de cadêa, e pela terceira, a mesma pena, e prohibidos a mais entrarem nas Cabanas de suas mulheres.

§. VIII. A' excepção dos Colxoeiros, Albardeiros, e Cordoeiros, que ficão declarados §. I., nenhuma outra Cabana da circunferencia da dita Praça, poderá ser arrendada, senão a mulheres que nellas effectivamente existão, com os generos que lhe são permittidos, expostos á venda, com total exclusivo de outros quaesquer generos, ou tráfico qualquer que elle seja; e nunca se arrendarão, nem serão occupados por homens, porque tem mostrado a experiencia, que de se ter introduzido nellas a venda de bebidas, tabernas, e até alquiladores, e outros tráficos, e officios, resultarão as muitas desordens, monopolios, travessias, pejamentos, e falta de asseio na Praça, que o Povo soffre, devendo as pessoas, que de tal modo occupão as ditas Cabanas, evacuallas immediatamente, e nos casos de renitencia, ou nova introdução, serem evacuadas à sua custa, e condemnados em oito mil réis, pagos da cadêa.

§. IX. Todos os Lavradores, Creadores, Hortelões, e Fazendeiros por si, ou por seus Cazeiros, e creados lhes he permittida a venda dos generos da sua criação, no chão da dita Praça, como são frutas, hortalices, aves, caça, leitões, cabritos, ovos, leite, e queijos: Porém para assim praticarem as ditas vendas, deverão primeiro qualificar-se na Casa da Almotaceria, com Attestações juradas das Justiças dos seus domicilios, com a confrontação da identidade do Vendedor, em que declare serem os taes generos proprios da sua lavra, e não comprados para revender, para assim se evitarem os Atravessadores, Maltezes, e Chanfaneiros: Pena, de que fazendo o contrario, sendo de facto achados a vender sem o dito titulo, serem reputados por Atravessadores, e como taes condenados, pela primeira vez de oito mil réis, pagos da cadêa; pela segunda a mesma pena, e prohibição de tornar mais á Praça; e pela terceira a mesma pena pecuniaria, perdimento dos generos, que acharem á venda, e vinte dias de cadêa.

§. X. Os generos, que se mandarem vender á Praça, por conta dos Fidalgos, e Pessoas da Ordem da Nobreza, sendo extrahidos das suas quintas e fazendas, serão conduzidos com Attestações dos respectivos Cazeiros, Feitores, ou Administradores, em que declarem debaixo de juramento, de que os ditos generos pertencem a seus Amos, confrontando se nellas as pessoas dos conductores; e vendedores, e sendo reconhecidos os signais: e todas as mais pessoas particulares, que não forem da dita Ordem, e mandarem vender á dita Praça os generos das suas quintas, ou fazendas proprias, ou de renda, por seus Cazeiros, ou Criados, lhes devem dar da mesma forma Attestações durarão, em quanto não houver mudança de dono, ou criado, e tudo o mais se praticará na forma do §. antecedente.

§. XI. E porque a estas Providencias; tendentes a evitar o monopolio, e a travessia, tão prejudiciaes ao Publico, podem succeder differentes abusos, a fim de os cohibir: Toda a pessoa a quem se provar, que conduzio generos á dita Praça, debaixo de Attestações alcançadas, da facilidade dos Cazeiros, dos Fidalgos, e Nobres, e das outras pessoas particulares, não sendo dos Proprietarios os taes generos, serão os conductores, que assim dolosamente os vierem a vender, reputados como atravessadores, e condemnados na fórmula ordenada no §. IX.

§. XII. Qualquer Official de Justiça, a quem pertencer passar as Certidões de identidade, e confrontação das pessoas que vem á dita Praça vender os generos, que tiver a facilidade de as passar a quem não he Lavrador, Creador, Fazendeiro, ou Hortelão, ou ainda mesmo sendo de qualquer destes gremios, e não tendo generos proprios que vender, as ande comprando para a revenda: Logo que estes abusos se provarem, seja suspenso por seis mezes do officio que servir, e o conductor do genero, que debaixo destes mesmos abusos vem vender, lhe serão apprehendidos como Atravessador, e condemnado na fórmula do §. IX.

§. XIII. Toda a pessoa, a quem he permittido vender generos na dita Praça, logo que a ella chegue, e se tenha apresentado com o competente, e declarado Documento, da sua identidade, na Casa da Almotaceria, descarregará com a brevidade possivel os generos que trouxer, em carros ou bestas, fazendo-os immediatamente retirar da mesma Praça, pena de que sendo achado nella parado qualquer carro, ou besta, não sendo em acto de carregar, ou descarregar, serão

conduzidas á Estalagem, e o dono, ou conductor condemnado pela primeira vez e quinhentos réis, pela segunda em dez tostões, e pela terceira, a mesma pena, e cinco dias de cadêa.

§. XIV. A nenhuma pessoa, das que lhes he permitida a venda dos generos da dita Praça, nem a outras alguma será licito, levantar barraca nella, ou outro algum abrigo para Sol, e chuva, que não seja hum chapéo de Sol, que poderá ter na mão, e toda a pessoa que fizer o contrario, será condemnada, pela primeira vez, em pena de quinhentos réis, e pela segunda, e mais vezes, em mil réis, pagos da cadêa.

§. XV. Todas as pessoas, a quem he licito vender na dita Praça, a devem evacuar, e desembaraçar do resto dos generos da sua venda, que ainda os tiverem, até ás duas horas da tarde impreterivelmente, seja de Verão, ou de Inverno, para no restante do dia, se cuidar na limpeza da mesma Praça, cuja Providencia fica por conta da Camara; e caso que assim o não fação, e sejão achados na Praça alguns generos, cangalhas, cestos, estrados, ou qualquer cousa que faça pejamento á dita Praça, que totalmente deve ficar limpa, serão pela primeira vez condemnadas em cinco tostões, e pela segunda em dez tostões, e pela terceira na mesma pena, paga da cadêa, e os generos, ou bens ahí achados, apprehendidos em beneficio dos prezos.

§. XVI. Não poderão os mesmos Lavradores, Creadores, Fazendeiros, Mulheres Vendedeiras de fruta, hortaliça, e aves, &c. nem outra qualquer pessoa mandar matar pórcos na dita Praça, pena de lhes serem apprehendidos, ainda estando já xacinados; e sómente he permitido ás mulheres das cabanas da fruta, venderem nellas no tempo competente, a carne de porco por miudo, vindo-lhes de fora os pórcos mortos abertos, e limpos, e para assim os venderem por miudo, poderão usar para este ministerio, sómente dos pezos de oito arrates até quarta, e sendo-lhes achados outros maiores, ou algum não conforme com o padrão, ou falsificado, serão condemnados na conformidade das penas impostas no §. IV.

§. XVII. Todos os lugares da referida Praça, assim da frente, como do centro, se conservarão sempre effectivamente abertos de dia, com os generos expostos á venda, sem occultação de alguns para se evitarem monopolios, e travessias, e outros escandalosos exercicios que nelles se praticão, e quem o contrario fizer, será condemnada, pela primeira vez que nisso fór achada, em mil réis, e pela segunda em dous mil réis, e pela terceira expulsa do lugar, ou lugares que occupar, na fôrma determinada no §. VI.

§. XVIII. E porque consta com evidencia, que em alguns dos lugares da dita Praça residem actualmente familias inteiras, contra a boa ordem do seu estabelecimento, de que resultão, não só as superfluidades de lixos, com que a Praça se faz immunda, e coitos de travessias, monopolios, e roubos, que diariamente se perpetrão, mas até o eminente perigo de hum incendio, que se deve acautelar: Não poderão os ditos lugares servir de albergue nocturno a outras pessoas, que não sejão os moços que se destinarem á guarda delles, como se pratica na ribeira, e outros. E para que o contrario não aconteça; os Almotacés, com os seus officiaes, terão por obrigação, ao menos duas vezes cada mez, fazer correição nos

ditos lugares, devassando-os todos para ver se se observa o que está determinado por Posturas, e ordens, fazendo-as executar no caso de transgressão, na fórma nellas determinada: e achando-se, que as rendeiras fazem habitação nocturna nos ditos lugares, as condenarão em dous mil réis e custas, pela primeira vez, e pela segunda em quatro mil réis, e pela terceira no perdimento dos lugares, de que serão effectivamente evacuadas, na conformidade do §. VI. in fin.

§. XIX. E como a boa ordem das cousas concorre em muita parte para a belleza dellas, e esta Capital seja tão frequentada das Nações Estrangeiras, cultas, e civilizadas, parece que a boa razão obriga a que tambem se providencêe a respeito do terrado da dita Praça, fazendo-se que esta effectivamente ande limpa, e que os Vendedores que a ella vierem vender, se ponhão por ordem, e não tumultuosamente, impedindo o transito do povo, e por isso estarão em arruamentos, não podendo pelas frentes das suas vendas pôr-se outras em menos distancia de huma vara, e só poderão unir-se pelos lados, e fundo, deputando-se, Officiaes, que os fação arrumar, e toda a pessoa que fugir desta noa ordem, será multada pela primeira vez em quinhentos réis, e pela segunda, e mais vezes em mil réis, pagos da cadêa.

§. XX. E porque por Posturas da Camara se acha determinado, que as pessoas de hum, e outro sexo, que á Praça vão comprar generos para revenderem nos lugares que occupão, ou volantemente pelas ruas, o não possão fazer antes de dadas as sete horas de manhã de Verão, e ás oito de Inverno, prohibindo-se-lhe até o serem achadas entre os Creadores, tudo afim de que até a essa hora possa o Povo livremente comprar nas primeiras mãos, antes de atravessados os generos, de que cada hum necessitar para seu gasto. Para que este artigo de providencia tenha a sua inteira execução, haverá na Casa da Almotaceria huma Campa, com a qual se dará sinal, da hora em que as taes pessoas devem entrar na Praça, sem o qual não entrarão, pena de que fazendo o contrario, sómente pelo facto da achada na Praça, ainda que se não verifique a compra, serem condemnados pela primeira vez em trzentos réis, pela segunda em seiscentos réis, e pela terceira vez, e mais vezes em dez tostões, pagos da cadêa.

§. XXI. Não se consentirá andar pela Praça Peruns, Gallinhas, Patos, Carneiros, nem outro algum gado, á excepção daquelle, que os Creadores tiverem expostos á venda nas horas permitidas. Nem se permittirá que pessoa alguma occupe alguma parte da Praça com causa que faça pejamento, nem occuparão os telhados das cabanas com as mesmas cousas, e menos andarão por sima delles pessoa alguma, pena de serem condemnadas com as penas impostas no §. XX.

§. XXII. E porque todo o contheudo neste Regulamento se acha providenciado com Posturas, e Ordens da Camara, que em parte aqui vão modificadas, e em parte se amplião, com estas mesmas restrições, e ampliações, se entenderão daqui por diante as mesmas Posturas, e Ordens para os casos relativos á Praça, ficando em tudo o mais em seu vigor, entendendo-se sempre, que todas as penas impostas, em cada huma das transgressões deste Regulamento, comprehende a todas as pessoas de hum, e outro sexo, e nos casos de menoridade, as pessoas de seus Pais, ou Mães, Amos, Parentes, ou Tutores, debaixo de cujo poder esti-

verem, e que todas as multas por ellas impostas, devem ser, metade para a Fazenda da Cidade, e a outra para o accusador. Lisboa 7 de Fevereiro de 1800.= Manoel Cypriano da Costa o fez.= Marco Antonio de Azevedo Coutinho de Montaury o fez escrever.= Marquez de Castello-Melhor. P.= Francisco José Brandão.= João José de Faria da Costa Abreu Guião.= Luiz Coelho Ferreira do Valle e Faria.= João Anastacio Ferreira Rapozo.= Francisco de Mendonça Arraes e Mello.= Pedro José Caupers.= Paulino José Xavier.= Sebastião Rodrigues de Carvalho.= Estevão Xavier dos Reis.= Joaquim Vieira».

# Curto Passeio na Velha Lisboa

por TEODORO LOPES RAMOS

**D**ECIDIDAMENTE, a nossa «Mui Nobre e Leal Cidade de Lisboa» é sempre um encanto, mesmo com as sucessivas transformações a que os tempos modernos a obrigam, pelo dever de acompanhar o progresso e o desenvolvimento das modelares capitais europeias.

Sou «Alfacinha» convicto, e, periodicamente, gosto de ver Lisboa. Numa das minhas recentes visitas «ao jeito de forasteiro que voltou à Cidade», já com os olhos deslumbrados pelo inolvidável panorama que se desfruta na travessia do nosso majestoso Tejo, chego ao acolhedor jardim do Cais do Sodré, onde ainda teima em permanecer o «Homem ao Leme» e, deste local, surpreende-me divisar o desafogado espaço que se obteve no sítio onde durante longos anos permaneceu um acréscimo do velho Arsenal da Marinha. Contornando este edificio, vejo encimando um portão «frente ao Mar», uma lápide, simples, mas de apuradas linhas, que atesta:

NESTE LOCAL  
CONSTRUIRAM-SE AS NAUS  
QUE DESCOBRIRAM NOVAS  
TERRAS E NOVOS MARES E  
LEVARAM A TODO O MUNDO  
O NOME DE PORTUGAL.

Admirando o rasgado arruamento que se inicia nesta praceta, ao qual impuseram a designação, muito feliz, de «Avenida da Ribeira das Naus», resolvo-me a percorrer lentamente a nova e arejada artéria. A meio da «caminhada» detenho-me uns minutos visionando o tráfego ribeirinho de outras épocas. Mas breve desperto os sentidos e verifico a realidade, ou seja, o movimento da era actual.

Satisfaz-me ver este trecho da Lisboa Velha acompanhando as necessidades prementes do descongestionamento, sem contudo perder as características da antiga urbe olisiponense. Neste aprazível trajecto, que acompanha alguns restos de memorável praia, vou escutando os andamentos e murmúrios do nosso Tejo, constantemente incitando

os maestros compositores, oriundos da remota Olissibona a comporem uma ressonante sinfonia de Lisboa, «Princesa do Mar Oceano».

Continuo o meu salutar percurso; chego ao bem lançado Cais das Colunas, merecedor de uma breve pausa, por ser o local mais indicado para se apreciar o equilibrado conjunto do majestoso Terreiro do Paço, considerada uma das mais belas praças da Europa, e mais além fico extasiado perante os valiosos melhoramentos levados a efeito no velho edifício da Alfândega, onde hoje se vê condignamente instalado o Ministério das Finanças.

Prosseguindo, entro num troço da moderna e desafogada avenida, já denominada «Infante D. Henrique», devendo ser este projectado arruamento, num futuro bem próximo, a mais completa reintegração da nossa Lisboa ribeirinha.

Outra surpresa me espera nesta breve digressão: vejo a memorável «Casa dos Bicos» — enfim!... — liberta dos inestéticos edificios que a ensombravam. Velhinha, decaída, quase abandonada, esta respeitada memória encontra-se acidentalmente no local de uma artéria renovada, que mantém na actualidade intenso movimento; porém, a presença do seu vulto característico revive, neste velho pedaço citadino, um quadro fisionómico de longínquas eras.

Entusiasmado perante esta revivificação, prossigo ao longo do remoto «Campo das Cebolas», tendo a curiosidade de espreitar através dos primitivos e numerosos arcos, o que resta da sua traça original. Ao passar junto do avoengo «Chafariz de El-Rei», ainda me recreio na vistosa arquitectura da sua fachada, onde se notam inestéticas bicas, cansadas de tanto nos oferecerem águas claras e amigas; de seguida, atravessando o reduzido «Arco do Rosário», encontro-me na sempre curiosa Rua da Judiaria, agora remoçada com apropriado arvoredado. Reparo, ao alto, nuns suspensos renques de verdejantes «chorões» na velha torre alfamista; verifico que o rapazio continua respeitando o quase despercebido baixo-relevo das «chaves de Alfama» e, no prosseguimento deste curto passeio, encontro-me no desnivelado Largo de S. Miguel, o sítio neste bairro que nos tenta a escolher, de bom agrado, o mais característico roteiro das ruelas e betesgas em que se deve penetrar». Já alguém denominou este típico átrio o «Coração de Alfama».

Curioso bairro, sem favor o nosso mais fiel museu citadino, onde se admiram, nos seus primitivos arruamentos, prèdiozinhos de portuguesíssima arquitectura seiscentista, janelinhas gradeadas de ferro, com desenhos simples mas graciosos, inúmeros painéis de azulejos, como não se verifica noutros bairros, ingénuos registos de figuras e motivos cristãmente religiosos, alacres pátios, tentadores para os mestres da pintura, e ainda os pedaços de muralhas que atestam a altivez e a independência da nossa Lisboa Eterna.

Observando com atenção o local, começa a notar-se o cuidadoso plano de urbanização, que está sendo realizado neste primitivo bairro, embelezando-se assim os seus abandonados recantos, alegrando-se com exuberantes flores as janelas dos estreitos becos, de permanente soa-lheiro, e removendo-se os estorvos que o impediam de receber, nas suas betesgas, o reconfortante Sol de Portugal.

Alongando os meus passos pela Calçadinha de S. Miguel — artéria sempre atraente pelos motivos típicos que a todo o instante nos apresenta — vou calcorreando os irregulares degraus destas íngremes escadinhas no contorno da espessa muralha da cerca moura, que me conduzem ao aformoseado «Miradouro de Santa Luzia», altar votivo à cidade, onde todo o bom lisboeta devia rezar amiúde sinceras orações em louvor da nossa excelsa Lisboa.

Extasiado pelo vasto panorama que se admira desta colina, sobrevém um leve cansaço, e a modorra da tarde atrai-me ao repouso durante alguns momentos, dominando-me de seguida uma profunda sonolência. E durmo... e sonho. O miradouro distende-se; povoa-se de bustos dos mais eruditos cronistas da cidade; um longo tapete de relva, ladeado com aromáticos canteiros de flores indica a entrada do velho Palácio do Conde de Andeiro, criteriosamente reintegrado na sua traça primitiva e onde existe definitivamente o nosso Museu Municipal. Num estranho sonambulismo entro pelos convidativos portões, que dão acesso a bem coordenadas salas, avistando-se das rasgadas varandas um inesquecível panorama da nossa Lisboa, «velhinha de oito séculos debruçada sobre o Tejo».

Nos vastos e sôbriamente decorados salões deste Palácio vejo então, além dos preciosos recheios vindos dos seus congêneres da Mitra e das Galveias uma valiosa colecção olisiponense, paciente-mente organizada pelo saudoso Mestre Vieira da Silva; os interessantes cartões que nos elucidam acerca de inúmeros pelourinhos existentes em todo o nosso País, cuidadosa elaboração do apurado artista Sr. Professor Pires de Lima; a interessante colectânea de primeiros números de jornais olisiponenses, conseguida pela tenacidade e persistência do ilustre arqueólogo e numismata, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves; as muito apreciadas vistas da cidade, que o incansável coleccionador Bárcia nos legou, seguindo-se as do prestante investigador fotográfico das Lisboas do passado e do presente, Sr. Eduardo Portugal, e tantas outras raridades aqui ordenadas, para as quais a expressiva devoção que tenho por esta cidade, «onde recebi o dom de ver a luminosidade do nosso clima», suscitam o meu respeito e apreciação.

Mas a tarde vai declinando. O verdadeiro alfacinha é sempre um idealista, e assim descrevi uma utopia. Porém, insisto: talvez um dia — que espero não virá longe — os «Amigos de Lisboa» venham recriar

o espírito nestas sonhadoras andanças, depois de convertidas em realidades.

Dolentes badaladas nos sinos de S. Vicente dão os acordes das Ave-Marias, sacudindo o meu torpor; e agora, encostado a esta bem crismada «varanda de Alfama», relembro uns despreziosos versos escritos na minha mocidade e que terminam com a seguinte quadra:

*Que Deus, «de saber profundo»,  
Na sua infinda bondade  
Guarde Lisboa — a cidade  
Mais deslumbrante do Mundo.*

Primavera de 1953.

# VISTAS DE LISBOA

por ANTÓNIO DE AGUIAR

(Conclusão)

97

VISTA geral tirada do norte (Castelo de São Jorge?) para o sul.

Insc. — VUE GÉNÉRALE DE LISBONNE — VISTA GENERAL DE LISBOA (na marg. inf., ao meio). PORT DE MER D'EUROPE PORTUGAL (na marg. sup.).

Subs. — *Paris L. Turgis Jne. Impr. Editr. R. des Écoles, 60 — New York Duane St. 98* (na marg. inf., à esq.). *Dessiné et Lithog. par Duruy* (na marg. inf., à dir.).

Dim. — 480×315 mm.

Proc. — Litografia.

98

VISTA geral anterior ao terramoto, tirada do rio. Na marg. inf., à esq., em volta da insc. portuguesa, tem 71 rubricas de referências dispostas em 6 colunas de 12 linhas cada uma, excepto a última, que tem 11. Iguais rubricas tem à dir., em inglês, em volta da insc. inglesa.

Insc. — LISBOA EM 1650 (na marg. inf., à esq.). LISBON IN 1650 (na marg. inf., à dir.).

Subs. — O. R. Lith.

Dim. — 1140×305 mm. de man.

Proc. — Litografia.

99

VISTA igual à anterior. Tem 70 rubricas de referência, dispostas em 14 colunas de 5 linhas, na margem inf.

Insc. — PANORAMA DE LISBOA EM 1640 (na marg. inf.).

Dim. — 1130×300 mm. de man.

Proc. — Litografia.

155

VISTA de um trecho da cidade, tirada do rio, abrangendo o Castelo de São Jorge, a Sé, São Vicente e o Terreiro do Paço, em que não se vê a estátua equestre, embora esta vista seja já do XIX século. No rio navegam vários barcos à vela e alguns a vapor.

Insc. — LISBONNE — LISABONN (na marg. inf.).

Subs. — *Lith. F. F. Wentzel édit à Wissembourg (Alsace)* (na marg. inf., à esq.) *Drunku. Verlag V. F. C. Wentzel in Weissenburg (Elsass)* (na marg. inf., ao meio) *Deposé — Depot à Paris chez Fr. Wentzel, Rue Jaques, 65* (na marg. inf., à dir.).

Dim. — 570×245 mm. de man.

Proc. — Litografia sobre fundo verde.

Insc. — PLANTA DA CIDADE DE LX.<sup>a</sup> EM Q̄ SE MOSTRÃO / OS MUROS DE VERMELHO COM TODAS AS RUAS E PRAÇAS DA CIDADE DOS MUROS A DENTRO CÔ / AS DE CLARAÇÕES POSTAS EM SEU LUGAR... *Deli- / neadas por João nunes tinoco Architecto de / S. Mg. anno 1650.* (na parte sup. da mancha, à dir.).

Por cima desta insc. tem: *Pétipé de mil palmos.*

Na marg. inf., a todo o comprimento, tem: *Nomes d'algumas ruas, praças, travessas e becos que não estão escriptos na planta original, mas por se terem conservado athe hoje os mesmos, agora aqui vão escriptos em numeração seguida nas respectivas freguesias.* (Seguem-se 173 rubricas de referências, dispostas em 12 colunas).

Subs. — *João Nunes Tinoco* (assinado, na marg. sup.) *Lith. da Imp.<sup>a</sup> N.<sup>a</sup> Lx.<sup>a</sup>* (na margem inf., à esq.) *Anno de 1855* (idem, à dir.).

Dim. — 715×540 mm.

Proc. — Litografia.

VISTA dum arco do claustro dos Jerónimos.

Insc. — *Um dos 24 arcos do claustro do Mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Belém* (na marg. inf.).

Subs. — *Michellis Lith.* (na marg. inf., à esq.): *Lith. de M. L. da C.<sup>ta</sup> R. N. dos M.<sup>tes</sup> n.<sup>o</sup> 12 Lx.<sup>a</sup>* (na marg. inf., à dir.).

Dim. — 192×136 mm. de man.

Proc. — Litografia.

VISTA da Torre de Belém tirada do rio, onde se vêem 2 barcos à vela.

No verso da estampa tem: *Lisbon — The Fort of Belem near the*

*mouth of the Tagus. The Arch that forms the border to the view, is composed of Gothic ornaments and devices, that wear in the architecture and Spain and Portugal in the 14th. and 15th. centuries.*

Insc. — *Tower of Belem* (na parte inf. da mancha, à esq.).  
Dim. — 185×215 mm.  
Proc. — Litografia.

104

VISTA da Torre de Belém, tirada do rio, onde navegam 3 barcos à vela e 1 a remos.

A mancha é limitada aos lados e em baixo por uma corda que faz parte dos ornatos da janela manuelina, dentro da qual está esta vista, com o título do álbum a que pertence: *Scenery of Portugal & Spain by G. Vivian, Esq. — Day & Hague Lithrs. To the Queen.*

Insc. — *Tower of Belem* (na parte inf. da mancha, à esq.).  
Proc. — Litografia.

105

VISTA do Arco das Águas Livres, às Amoreiras, vendo-se um trecho da rua com vários populares e viaturas, o arco e a ermida de Nossa Senhora de Monserrate. No 1.º plano está uma senhora sentada num terraço, olhando a rua, sob um caramanchão.

No verso da estampa lê-se: *This view represents the termination of the Aqueduct within the walls of the town. The point of view is from the lefty terraced Garden of Mai d'Agoa, or great Reservoir literally «the Mother of Waters».*

Insc. — *Lisbon — The Aqueduct from the Garden of the Mai D'Agua* (na parte inf. da mancha).  
Subs. — (G. Vivian — Day & Hague Lith.<sup>rs</sup>). Ocorre in «*Scenery of Portugal & Spain*».  
Dim. — 297×38 mm. de mancha.  
Proc. — Litografia.

106

Insc. — *Reservatório, ou Mãe d'Agua das Amoreiras em Lisboa* (na marg. inf., ao meio).  
Subs. — *Lith. da Imprensa N.ª* (na marg. inf., à esq.).  
Dim. — 235×180 mm. de vista.  
Proc. — Litografia.

157

- Insc. — *Arco grande das Amoreiras em Lisboa* (na marg. inf., ao meio).  
 Subs. — *Lith. da Imp. N.<sup>a</sup>* (na marg. inf., à dir.).  
 Dim. — 170×260 mm. de vista.  
 Proc. — Litografia.

- Insc. — *Mosteiro de S.<sup>ta</sup> Maria de Belem* (na marg. inf.).  
 Subs. — *Salema Lith.* (na marg. inf., à esq.). *Lith. de Palhares T. da Palha, 15* (idem, à dir.).  
 Dim. — 250×190 mm. de man.  
 Proc. — Litografia.

- Insc. — *Fachada meridional / do Palácio dos Condes de Villa Franca / / (depois Condes da Ribeira Grande) segundo o quadro a oleo por Simão Gomes dos Reis / na Academia R. das Bellas Artes* (na marg. inf., ao meio).  
 Subs. — *15 de Agosto de 1886 / J. J. de Castilho* (à esq., ao fundo).  
 Dim. — 297×213 mm. de vista.  
 Proc. — Litografia.

- Insc. — *Igreja da Conceição Velha, em Lisboa* (na marg. inf.).  
 Subs. — *Michellis lith.* (na marg. inf., à esq.). *Lith. de M.<sup>ei</sup> Luiz R. N. dos M.<sup>tes</sup> N.<sup>o</sup> 12 Lx.<sup>a</sup>* (idem, à dir.).  
 Dim. — 140×200 mm. de man.  
 Proc. — Litografia.

ESTAMPA com 2 manchas, representando a superior a frontaria do Convento do Carmo, vendo-se no 1.<sup>o</sup> plano 4 frades e um pedreiro. A estampa inf. representa a Igreja do Carmo, vendo-se os mesmos personagens e mais 4 guerreiros conversando.

- Insc. — *Frontaria do Convento do Carmo e exterior da Capella mor do lado do Rocio antes do terramoto de 1755* (na marg. inf. da est. sup.).  
 Subs. — *Michellis lith.* (na marg. inf., à esq.). *Lith. de M. L. da C.<sup>ta</sup> R. N. dos M.<sup>tes</sup> Lx.<sup>a</sup>* (idem, à dir.).  
 Dim. — 150×93 mm. (ambas as est.).  
 Proc. — Litografia.

OUTROS PROCESSOS

112

VISTA dum trecho do Jardim da Estrela, vendo-se ao fundo a Basílica.

Insc. — *Jardim da Estrela.*  
Subs. — Assinado: *Leitão de Barros 923.*  
Dim. — 370×273 mm. de mancha.  
Proc. — Aguarela.

113

VISTA duma rua de Lisboa.

Insc. — *Beco dos Cortumes — Lisboa Velha.*  
Subs. — Assinado: *Leitão de Barros.*  
Dim. — 290×460 mm. de mancha.  
Proc. — Aguarela.

114

VISTA duma rua de Lisboa.

Insc. — *Passadiço da Boa Vista* (escrito na mancha).  
Subs. — Assinado: *A. Moraes.*  
Dim. — 158×220 mm. de mancha.  
Proc. — Aguarela.

115

VISTA de um mercado de Lisboa.

Subs. — *Alberto Sousa Lisboa 1919.*  
Dim. — 520×353 mm. de man.  
Proc. — Aguarela.

116

VISTA do Largo do Carmo, com o chafariz, junto ao qual vários galegos aguadeiros, com os seus barris, esperam a ocasião de os encher.

Dim. — 197×142 mm. de mancha.  
Proc. — Desenho aguarelado.

# PASSEIO NO TEJO

EM JULHO DE 1952

*Palestra pelo Sr. Dr. EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES*

**D**EUS seja louvado! — Nem das Tágides nossas posso socorrer-me, pois estão em êxtase depois de ouvirem a *Sinfonia de abertura* — o nosso Tejo, no grande instrumental de erudição elegante do académico Matos Sequeira, nosso querido Vice-Presidente, que marcou o início do programa duma série de solos em crescente andante de erudição, interesse e saber.

Nos intervalos, música portuguesa e canções e vozes caracteristicamente alfacinhas de cultores consagrados e seus filhos apaixonados.

Neste trajecto dos Olivais ao Terreiro do Paço escolhido o início dos meus dizeres nestas campesinas paragens tão de acordo com uma das múltiplas facetas dos meus ofícios, o de vitinivicultor, vemos que a nossa cidade transbordou até aqui na sua desenvoltura portuária e fabril, como se vê facilmente no afã construtivo que daqui se vislumbra.

A este Tejo de maravilha, os «Amigos de Lisboa» deram hoje a primazia e como em cinema sonoro, do *brouhaha* da sua vida que até aqui nos vem, destas amuradas vemos hoje o prospecto da cidade das sete colinas, ontem ainda confinada nas portas da Cruz, da Cerca Fernandina, tão eruditamente estudada pelo sempre saudoso mestre olisiponense Coronel-Eng. Vieira da Silva e agora até aqui aos Olivais; para além já o concelho de Loures, com as terras de Sacavém. Sempre belos, sempre novos, estes arrabaldes da cidade, os saloios da hortaliça, dos queijos e agora até, mercê do bom gosto da população, das flores também, que concorrem na cultura com as velhas alfaces que nos deram a alcunha.

Além Marvila, hoje Asilo, antigo Convento de Nossa Senhora da Conceição das freiras de Santa Brígida, fundado em 1670 pelo Arcebispo da Sé de Lisboa Fernão Cabral, com belos azulejos; mais junto de nós a Mitra, hoje recolhimento de indigentes da capital, subsidiado

por todos nós e que foi o Palácio dos Arcebispos, onde viveu o Cardeal Saraiva. Belos jardins, estátuas e azulejos.

Depois tanoarias, armazéns e laboratórios e a seguir o sítio do Beato António, convento fundado por Frei António da Conceição, no século XVI.

Vêm depois, neste caleidoscópio de sol, luz e cor, o Palácio do Duque de Lafões, a Manutenção Militar, do risco do Eng. Renato Baptista, onde foi o Convento dos Grilos e onde viveu D. Leonor de Gusmão. A seguir, o Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo, no Convento de Santo Agostinho, chamado das Grilas, de bela frontaria, fundado em 1666 por D. Luísa de Gusmão. Depois, o Convento de Xabregas, fundado no século XV, que ardeu no cerco de Lisboa pelos de Castela, reconstruído depois de 1755 e onde hoje é a Fábrica dos Tabacos. Agora a coroa destes sítios, a Madre de Deus, junto ao Paço de Enxobregas, ao lado do arco da ponte do caminho de ferro.

No Palácio se alojam o Asilo Maria Pia e a Escola Industrial de Afonso Domingues.

Pena é não serem hoje, em vez de 6 de Julho, 17 do mesmo mês, dia que no ano da graça de 1843 calhou a uma segunda-feira, quando Garrett, depois de uma madrugada, ouvidas as seis horas em S. Paulo, chegou, envergonhando os madrugadores, ao mesmo Terreiro de Paço onde hoje embarcámos. Começaram assim as «Viagens na minha terra» onde andamos hoje saboreando uma viagem na nossa terra. Dizia Garrett: «Assim vamos de todo o nosso vagar — o vapor então era vagaroso por costume, o nosso hoje é-o por conveniência — contemplando este majestoso anfiteatro da Lisboa oriental, que é, visto de fora, a mais bela e grandiosa parte da cidade, a mais característica, e onde, aqui e ali, algumas raras feições se percebem, ou mais exactamente se adivinham, da nossa velha Lisboa das crónicas. Da Fundição para baixo tudo é prosaico e burguês, chato e vulgar e sem sabor, como um período de Dedução Cronológica». Assim será, por força das circunstâncias, a despeito de todos os nossos bons desejos, a legenda que nos foi conferida. Dizia ainda Garrett, que já então o povo — que, no seu dizer, tem sempre melhor gosto que a escuma descorada que se chama sociedade e que anda ao de cima da população — elegia para seus passeios favoritos a Madre de Deus, o Beato, Xabregas e Marvila e as hortas de Chelas. A um lado a imensa majestade do Tejo, em sua maior extensão e poder, que ali mais parece um pequeno mar mediterrâneo, do outro a frescura das hortas, e pergunta: que outra saída tem Lisboa que se compare em beleza com esta? Tirado Belém, nenhuma. E, ainda assim, Belém é mais árido. Que a Garrett perdoe Sampaio Ribeiro.

Este Tejo — com este mar, o da Palha, onde se podiam acoitar as maiores esquadras do Mundo, mesmo as de agora — foi desde sem-

pre o concorrente certo e permanente dos caminhos de ferro e da estrada, que ainda, nas suas viagens, o romancista romântico nos dizia preferir aos caminhos de ferro enquanto o progresso não fizesse os de pedra — as estradas.

Hoje, graças a Deus e a quem as mandou fazer, temos de tudo; só a vista deste rio, tão maravilhosa, quase nos é vedada, a despeito de já em 1844 o exclusivo do seu tráfego ter sido pedido da raia até à foz, pretensão a que se opuseram previdentes estadistas, por verem nessa concessão um concorrente a temer e a impedir o desenvolvimento dos futuros caminhos de ferro. Deixaram-no livre e não pensaram na via aérea — hoje neste trajecto tão percorrida e então só praticável pelas aves. Chegou mesmo em 1582 a ser percorrido de Toledo até aqui, por *étapes*, num barco de quatro remos, com a continuação dum apreciável tráfego comercial até 1589. Em 1879 desceu o Tejo de Espanha até ao Cais do Sodré o capitão Boyton.

E o que não vimos directamente sentimo-lo e adivinhamo-lo —, eu com o meu sentido de profissão, antevendo como através dos tegumentos as vísceras a eles subjacentes — nós todos com o poder evocador, cheios de carinho, de amigos e filhos desta cidade de algum mármore, pouco granito e — ai de nós — tanto cimento. Sem tempo para poder vasculhar Arquivos e Tombos houve que ler o pouco possível sobre os locais afins a esta legenda, desde Castilho a Vieira da Silva, confinados na Lisboa de Antanho com Carvalho da Costa, Baptista de Castro e Gabriel Pereira. Quase nos ficou Pinho Leal e Angelina Vidal, pouco fundamentados, a despeito de forte boa vontade de se colherem os elementos para este aperitivo, servido à guisa de entrada, antes dos apetitosos pitéus que se vão seguir.

Em 1939, disse, agora repito: é com profundo orgulho que modestamente enfileiro, mais uma vez, cõscio do valor e utilidade da obra, entre os Macedos e os Sequeiras que, norteados pelos Castilhos e Vieiras da Silva, andamos nestas peregrinações meritórias, que embora não evitem por vezes que certos atentados se cometam, com certeza assinalam o protesto contra a sua perpetração, quantas vezes não já por indiferentes como também por amigos, que o povo, no seu saber de experiência feito, classifica, dos diabos. Mas se nem tudo se impede, alguma coisa certamente se evita.

*Olivais* — o nome diz da abundância da sua flora de árvores da paz — foi concelho, com 21 freguesias, indo até Xabregas.

A ele pertenciam parte de Arroios, onde, no Largo do Leão, foram os seus Paços do Concelho, no prédio onde hoje é uma escola oficial, para ali transferidos do Campo Grande, também da sua área. Das respectivas freguesias passaram para Lisboa: Olivais, Beato, Lumiar, Campo Grande, Ameixoeira, Charneca e Arroios, extra-muros. O resto transitou para o concelho de Oeiras. Refere Pinho Leal ter num tronco

de uma oliveira aparecido uma imagem de Nossa Senhora, tronco ainda existente em 1700 na sacristia da Matriz. Santa Maria dos Olivais, que vemos ao alto, foi fundação dos cônegos Lóios, da Congregação de São João Evangelista, que remonta a 1420. Na sua área e a caminho de Lisboa houve o Convento de S. Cornélio, de frades Arrábidos, fundado numa ermida dedicada a Nossa Senhora da Estrela, em 1674, com vasta cerca utilizada para tratamento e que foi em 1834 destinada a passal e a cerca, mais tarde adaptada a cemitério local. S. Cornélio, que teve concorridas romarias, é advogado das doenças do gado vacum, e para aqui traziam os romeiros várias promessas e oferendas em cera e prata, com o formato das armas de defesa desses animais. Nas armas dos Olivais figuram, além das oliveiras simbólicas, Santa Isabel e D. Dinis em referência às pazes de Alvalade, em 1323, de que existe um padrão no Arco do Cego e a que se refere o Cruzeiro de Arroios, na paróquia de S. Jorge. A exemplo da Câmara Municipal de Lisboa, a dos Olivais instituiu uma medalha, por ocasião da epidemia da febre amarela, para galardoar os médicos e mais pessoas empregadas em a debelar. Nos seus arredores ficam Marvila e Moscavide. Além, em Marvila, é o Palácio da Mitra, restaurado no século XVIII pelo Cardeal-Patriarca de Lisboa D. Tomás de Almeida, em estilo pombalino. Depois de ter sido do Marquês de Salamanca, passou à posse do Estado, onde hoje está o Asilo da Polícia de Segurança Pública. Aqui morou em 1845 o Cardeal Saraiva.

Aqui esteve a relíquia do Santo Milagre de Santarém, que deu origem, em 1811, ao sucesso do «homem das botas», em que a atenção popular foi desviada para a barra pela pretensa travessia do Tejo por um homem com botas de cortiça, a fim de se trasladar a relíquia para Santarém. Nas proximidades esteve a Escola Normal de Lisboa e nela houve um Convento de Freiras Brizadas, da Invocação de Nossa Senhora da Conceição, onde se fabricavam os conhecidos pastéis de Marvila e foi fundado em 1670 pelo arcediogo da Sé de Lisboa, Fernão Cabral e onde depois se instalou o Asilo D. Luís. Depois, Braço de Prata, entreposto da linha de cintura, com grande tráfego de vinhos, madeiras e vasilhames e na sua área a Quinta da Matinha, que foi do Marquês de Belas. O Braço de Prata foi, como sabeis, António de Sousa Meneses, que o perdeu no Brasil e o substituiu por um outro de prata e foi dono do palácio de St.<sup>a</sup> Apolónia e depois foi o Duque da Terceira.

Para lá a vasta Quinta onde hoje funciona o Seminário dos Olivais, há pouco ainda teatro do mais enternecido acto de humildade, que tanto sublimou o seu autor, comovendo Portugal inteiro. Quero referir-me ao gesto de Sua Eminência o nosso prelado, nas homenagens ao falecido padre Cruz, acolitando-o à missa e beijando-lhe a mão no final. Um Cardeal a servir e a homenagear um padre!

No interior são de ver as Quintas do Brito e das Varandas e para

lá as Quintas da Fonte e dos Alfinetes. A seguir o Beato António tem um Convento da Invocação de S. João Evangelista para os seus cónegos, chamados «Azuis», fundado em 1480 por D. Isabel, mulher de D. Afonso V. Hoje é lá uma fábrica de moagem, chamada de «João de Brito», onde entre o pessoal foi organizada uma bela filarmónica.

A actual igreja data do reinado de D. Sebastião, feita por delícias de frei António da Conceição — o Beato António — que deu o nome ao local. Foi o Beato António grande amigo de D. Sebastião, de quem se diz que o rei se veio despedir. Ao lado ficava o «Embrechado». Após o terremoto e até 1834 a paróquia foi para o Convento dos Grilos, da invocação da Nossa Senhora do Amparo, de boa arquitectura e majestosa fachada.

Também na região havia um convento de freiras Grilas (Agostinhas descalças), o único existente no país, fundado em 1666 por D. Luísa de Gusmão. É na sua área a Manutenção Militar, do risco do eng. militar Renato Baptista, que tem uma rua com o seu nome no bairro dos Castelinhos.

A freguesia era enorme: ia do Poço dos Mouros à Calçada da Cruz da Pedra. Na Calçada do Grilo é de ver o Palácio dos Duques de Lafões.

Vamos chegando a Xabregas, onde, no dizer do Visconde da Jerumenha, segundo refere o jornal *A Esperança*, de Agosto de 1878, se efectuou a primeira demonstração dos balões aerostáticos. Foi nos terrenos de Xabregas que jogou pela primeira vez as armas o príncipe D. João, pai de D. Sebastião, quarto filho de D. João III, nascido em Évora em 1537. Aí, pelos meados do século XVI, e que dois fidalgos: D. Luís da Cunha e Cristóvão de Moura, vieram num balão, atado ao mastro de um barco, que se voltou, morrendo D. Luís. Foi sempre assim: os maus ficam, pois escapou o negregado Cristóvão, que tão mal se comportou depois.

Ao local estão ligados vários sucessos. Aqui desembarcaram as relíquias de Santa Auta em 1517, relíquias que a Madre de Deus encerra, como o referem vários lindos quadros lá existentes.

Aqui residiram D. João III, D. Sebastião e D. Catarina de Áustria, lá tendo representado Gil Vicente. O Paço foi fundado pela Rainha D. Leonor, viúva de D. João II. O Convento, que data do século XV, foi Paço Real e ardeu no cerco de Lisboa, feito pelos Castelhanos. Foi reconstruído depois de 1755 e hoje é uma fábrica de tabacos.

A seguir, a jóia manuelina da Madre de Deus e o Paço de Enxobregas, hoje Asilo Maria Pia e a Escola Industrial de Afonso Domingues.

Aqui, junto ao rio, existiu a «Fonte da Samaritana», que aludia à

conhecida cena bíblica, a que se juntava um lindo tanque, tudo obra da fundadora das Misericórdias.

Ao fundo, para lá do arco da ponte do caminho de ferro, no fim da nova longa e larga avenida, o Convento de Chelas, há anos devorado por um incêndio e que era recolhimento de viúvas de oficiais, que então foram transferidas para as Trinas. Nele estive a *Alcipe*, Marquesa de Alorna, durante 18 anos.

Foi rico convento de cônegos regrantes de S. Félix, crúzio da ordem de Santo Agostinho, cuja fundação remonta ao tempo das vestais, a aceitar como do local as lápides lá encontradas. Convertido S. Félix ao Cristianismo, cerca de 301 da era cristã, lá se albergam as relíquias do santo, que foi martirizado. Em 706 passou a mesquita e em 1147 D. João Peculiar, bispo de Lisboa, sagrou-o novamente. Parece que por este local passou a estrada militar romana. Quase até lá chega hoje o cemitério do Alto de S. João, vasta cidade de mortos, que lá se vê ao alto, cemitério construído nos meados do século XIX (1841).

Começamos agora a ver as 365 janelas de Santos-o-Novo, o recolhimento das comendadeiras de Santos, vindas de Santos-o-Velho, instituído por D. Afonso Henriques e para aqui transferido no tempo de D. João II, com as suas relíquias e orago e os santos mártires de Lisboa: Veríssimo, Máximo e Júlia, os três sacrificados por Diocleciano, cujos corpos, incorruptos, vieram da praia de Santos. Belo templo com azulejos mozárabes e um simpático claustro. Lá conheci e tratei algumas das últimas recolhidas, de nome ilustre e lá conheci a rodeira, a senhora Maria das Dores, espanhola de nascimento, que me ofereceu uma linda gravura de Queirós, desenho de Sequeira, representando o Senhor Bom Jesus do Monte, lembrança sua após uma bronquite prolongada, cuja convalescença foi passada, por prescrição minha, na terra da sua naturalidade. Tinha perto de cem anos. Foi e regressou, indo mais tarde lá morrer, também com minha interferência, visto ser pensionista do Estado, após a separação da Igreja do Estado.

Dum lado a Calçada das Lajes, com o palácio dos Trigosos e sua capela, e vários outros, nas suas cercanias, entre os quais o dos Condes de Bertiandos, em cuja capela havia um crucifixo que era oferta papal; do outro lado, a nova Avenida D. Afonso III, que lhe cortou a vasta cerca e que uma garotice indígena, aquando da colocação dos letreiros, transformou, fugazmente, em Afonso XIII e que, por causa de algumas referências jornalísticas, deu origem, ao que se diz, a discussões diplomáticas, pois vivia então o país vizinho os primeiros tempos da sua novel república.

Depois, o Recolhimento de Lázaro Leitão, estabelecido neste local sob a invocação de Nossa Senhora dos Anjos, por «principal» da Sé Lisbonense e vulto notável da época Joaninha. Querem saber o que era um principal? Diz um manuscrito coevo:

*Quem serão estes mitrados  
de desiguais proporções?  
Que uns parecem figurões  
outros mais curcuvados  
Quereis vê-los decifrados?  
Com verdade e sem paixão  
Pois ouvi com atenção  
Cónegos são patriarcais  
Remedo de cardiais  
Bispos de imaginação.*

Este imaginou a Casa Nobre da Junqueira, criou o recolhimento e até lhe deixou os seus bens. Bem haja!

A meio da ladeira que sobe para a Cruz dos Quatro Caminhos, agora Sapadores, a Calçada dos Barbadinhos, vê-se a actual freguesia de Santa Engrácia, erecta desde 1835 no Convento dos Barbadinhos italianos, que para aqui vieram em 1747 com larga esmola de D. João V, templo com boas imagens e alfaias e o busto em prata de Santa Engrácia, com suas relíquias.

Próximo o Palácio dos Palhas e o Depósito e Reservatório da Companhia das Águas, que, como vos disse no meu trabalho *O Convento dos Barbadinhos Italianos*, recebeu pela primeira vez as águas do Alviela em Outubro de 1880. Na Rua da Cruz de Santa Apolónia foi o Instituto Central de Higiene, então da Direcção do médico militar Guilherme Ennes, e depois do propulsor dos Estudos e Trabalhos Sanitários da cidade, que se finou com 81 anos de idade, o Prof. Ricardo Jorge.

Depois, a Bica do Sapato, que data de 1674, a que se alude na revista *Ó da guarda*, em que o Ventura diz:

*É Lisboa a si mesmo bem contrária  
Na Bica do Sapato do Roteiro,  
Há só bica mas não há nenhum sapato.*

Hoje a bica foi mudada e transformada num banal marco fontenário. Perto morou Machado de Castro. Na subida da Rua do Vale de Santo António, a Ermida de António Vale, onde se diz — mera lenda, certamente — ter estado o Santo, na sua estadia em S. Vicente de Fora, antes da sua ida para Coimbra, como lá está atestado por um painel de azulejo.

Depois, Santa Apolónia, hoje estação de Caminho de Ferro, inaugurada em 1865 com o seu primeiro troço do norte e leste, hoje, quase reservado ao tráfego de mercadorias. Foi primeiro no edifício quase fronteiro à Calçada dos Barbadinhos, depois transferida para o actual, construído no antigo «Cais dos Soldados». Lá para cima o hospital

de Marinha, fundado por D. Maria I, que mandou adaptar para hospital da sua gente do mar o antigo Colégio dos Jesuítas, em cujo átrio se vê hoje uma boa estátua de D. João VI. Para além o Campo de Santa Clara, com o seu jardim e o Palácio que foi dos Marqueses do Lavradio, construído por D. Tomás de Almeida, hoje Tribunais Militares; o de Sinel de Cordes, antiga legação de Itália, actualmente escola oficial; o dos Condes de Barbacena, chamado da Mitra, hoje *messe* de oficiais; o Depósito de Fardamentos, antigo quartel de artilharia, e o dos Condes de Resende. Aquele jardim, em três socalcos, é belo miradouro, estando no inferior o busto de Bernardino António Gomes sobre a muralha feita em 1604 no antigo Campo da Forca, onde foi vaiado o Rei de Penamacor, falso D. Sebastião. A muralha foi mandada fazer pelo presidente da C. M. L., D. João de Castro e reconstruída em 1870, conforme as lápides lá ainda existentes.

Depois, o Conventinho do Desagravo, hoje Asilo de Infância; as obras de Santa Engrácia e as fábricas de armas no local do antigo convento de Santa Clara. Tudo em tempo vos foi evocado, aquando das nossas conferências ao ar livre, no terreiro da actual feira da Ladra por Sidónio Miguel.

Desceu a Rua do Paraíso a estátua equestre, que, para a sua passagem, fez demolir a Porta da Cruz, cerca onde foi o Paço da Moeda Velha.

A margem do rio modificou-se muito de então para cá e pertence hoje à jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, que, em obras sucessivas, tem aumentado o seu espaço em detrimento do âmbito do rio. Neste local vinha até ao rio o Palácio do Duque da Terceira, junto ao forte de Santa Apolónia e o da da Cruz da Pedra ou antes de pedra ou cruzeiro, que perto do local da calçada deste nome devia haver, um dos muitos cruzeiros da cidade e onde, quando da sua demolição, foi encontrado, ao que se diz, um dente de mastodonte, coisa aliás vulgar e banal por estes locais, onde tais mamíferos parece que eram habitantes normais nas épocas pré-históricas, como o demonstra a rica colecção de fósseis do Museu dos Serviços Geológicos e os recentes achados aquando das construções de Chelas, Areeiro, Aeroporto e terrenos adjacentes. O mosteiro tinha sido fundado em 1626; a igreja é hoje um depósito, mas a fachada mantém-se. Uma das suas janelas, de bom tipo, esteve muito tempo nas arrecadações da Companhia e encontra-se actualmente no Museu do Carmo.

Em 1768, era aqui o cais do carvão e foram as tercenas do Porto da Cruz.

A escolha do local do Matadouro trouxe sempre para estes lados a atenção da C. M. L. Assim sucedeu no século XVII, primeiro no Campo do Curral, actual Campo de Santana, depois Rua da Inveja,

hoje Arantes Pedroso. Em 1837 pensou-se no Cais da Madeira e no Cais do Carvão, mas as freiras de Santa Clara seriam prejudicadas; mais tarde pensou-se nos baixos das Picoas e alvitra-se também Madre de Deus, pela abundância de água do Vale de Chelas. Nesse tempo era de uso consultar os cultos, os técnicos e os sábios e, assim, foram ouvidas a Academia das Ciências e a Sociedade das Ciências Médicas, que deram pareceres assinados por Barral, Caetano Beirão e Pereira da Costa.

Hoje, para se falar de Lisboa Velha, é mister trazer esponja a fim de se apagar muito escrito, por vezes idealizado, meritória e penosamente, é certo, com o material de ocasião então obtido e que métodos modernos têm rectificado com o valor que não empana o dos iniciadores, agora corrigidos. O Bairro Alto não era a Vila Nova de Andrade e o Paço das Escolas não foi nesta pedreira que daqui se divisa, mas sim na do Almirante, ao Carmo, como o demonstrou Matos Sequeira e o atesta uma lápide que nós, os «Amigos de Lisboa», fizemos colocar no edifício onde funciona actualmente a Escola Veiga Beirão e foi o Liceu do Carmo.

Estamos numa autêntica renascença lisiponense de obras e estudos, e praza a Deus até de amor e interesse pelas coisas de Lisboa. É certo que para amenizar a crise de amor, como os maridos que batem na esposa, também temos bastantes demolições. É de justiça, sem vaidade, referir e vincar que algum quinhão nos pertence a nós, «Amigos de Lisboa», mormente aos seus criadores e colaboradores activos. Mercê de Deus, estuda-se e investiga-se, amando esta linda cidade estendida em presépio majestoso, desde as suas altaneiras colinas até este espelho do Tejo, onde se banha e remira e donde agora nos deslumbra e seduz.

Com justiça o inspirado autor da *Judia* escreveu:

*De Pátria sobre a terra aqui prendera o seu.  
Se a triste da judia ousasse ter desejos*

E não digam VV. Ex.<sup>as</sup> que a Poesia não é grata aos Doutores, pois eu sou-o de verdade e de direito, e, não obstante, já tenho relido muitas das estrofes, sempre belas, desse inspirado Poeta.

De Santa Apolónia para o Terreiro do Paço é a nossa Ribeira Velha. O Museu de Artilharia, com o lindo pórtico de Teixeira Lopes. O Campo das Cebolas, com os seus Palácios Cocolim, Barbacena e outros. A Alfama, com os seus chafarizes: o de Dentro e o d'El-Rei, este antes ao rés da praia. A Misericórdia antiga, a bela fachada lateral da actual Conceição Velha e as construções pombalinas do Terreiro do

Trigo e da Alfândega, com a Casa dos Bicos a ver-se agora daqui após as demolições dos prédios dum só andar que faziam bairro nas cercanias e circundavam o Terreirinho das Farinhas. Quase ao chegar do Terreiro do Paço, na Rua dos Arameiros, o prédio de quatro andares, onde nasceu Tinop, e os «Amigos» assinalaram — em tempo — com uma lápide.

E eis-nos no coração de Lisboa.

Vai breve ouvir-se, numa voz castiça, enfeudada ao canto nostálgico da cidade, um poema sonoro e inspirado de *dois meninos da Luz*: Gustavo de Matos Sequeira e José Maria Sardinha Pereira Coelho, apaixonados de Lisboa, seus amigos, nossos amigos também e confrades na fundação do Grupo e seus actuais directores.

É tempo de terminar — fixem o visto, esqueçam o ouvido — pois é preciso apurar *este* para o que se vai seguir. Disse.

Versos da autoria dos nossos Directores Srs. Pereira Coelho e Matos Sequeira, e que foram cantados no Passeio no Tejo em 6 de Julho de 1952, pelo ilustre artista e nosso consócio Sr. Erico Braga:

#### MOTE

*Fique tudo sossegado  
Desde a ré até à proa,  
Porque o fado é um amigo  
Que é amigo de Lisboa.*

#### 1.ª GLOSA

*Tejo acima, como outrora,  
As airosas caravelas,  
Com motor em vez de velas  
Vai este vapor agora.  
Lisboa ao fundo decora  
A cena deste tablado.  
É o momento aprazado  
De lhe cantar os louvores  
Mas não se assustem senhores,  
Fique tudo sossegado.*

#### 2.ª GLOSA

*Não há vento! o mar é chão  
E ainda s'tá longe a Barra  
Todos sabem que a guitarra  
Nunca fez ondulação...  
Não dá balanço à canção  
Que o povo baixinho entoa  
Enternece uma pessoa  
E dá-lhe energia às vezes  
E aqui só vão portugueses  
Desde a ré até à proa.*

3.º GLOSA

*Foi numa frota real  
Ouvindo a voz dos gajeiros  
Que o cantaram marinheiros  
A pensar em Portugal.  
O Fado sentimental  
Para a dor é um abrigo  
E na paz ou no perigo  
Quando a vida é dura e negra  
Ele consola e alegre  
Porque o fado é um amigo.*

4.º GLOSA

*Canta o fado e canta bem  
O Castelo da Moirama,  
O Tejo, a Graça e Alfama,  
Canta a Torre de Belém.  
A luz que Lisboa tem  
Bairro Alto e Madragoa  
O céu que o mundo apregoa  
A cidade velha e nova  
E tudo isto só prova  
Que é Amigo de Lisboa.*

# MAIS TRÊS EXPOSIÇÕES OLISIPONENSES

MAIO-JUNHO — 1953

**E**STE ano, seguindo a norma fixada no ano anterior, mais três exposições e quatro conferências se realizaram na nossa Sede, a marcar o programa e finalidade cultural do Grupo.

As exposições foram, como se disse, três: a de Registos de Santos Olisiponenses, da minha colecção, que reuniu cerca de 400 exemplares de Registos gravados, litografados ou impressos em Lisboa; a segunda, constituída pela evocação da obra olisiponense do pintor Alfredo Keil, que reuniu cerca de 50 espécies cedidas amavelmente pelos seus proprietários e de que se publicou um catálogo impresso, com notícia biográfica do homenageado; e a terceira, de silhuetas de vultos conhecidos, na maioria olisiponenses, da autoria do nosso consócio Dr. José Garrido Mendes da Cruz, o conhecido artista *Zé-cruz*.

Estas exposições foram precedidas umas, seguidas outras, de conferências, sendo a dos Registos de Santos encerrada com uma conferência do nosso consócio Luís Chaves, que falou, com a sua competência de etnólogo e etnógrafo, sobre as obras expostas.

Na segunda exposição ocupou-se da personalidade de Alfredo Keil-Artista, outro artista de mérito, o escultor Diogo de Macedo, conferência de alto requinte artístico e literário, quer no texto, quer na assistência, e que a seguir se publica.

O dia do nosso patrício Luís de Camões foi, em 10 de Junho passado, comemorado com uma conferência do Professor Doutor Hernani Cidade, que, com a sua reconhecida erudição e competência, falou sobre o nosso épico e a sua época, numa magnífica lição intitulada: «*Camões e o homem do Renascimento*».

O dia de Santo António foi assinalado com a abertura da Exposição de silhuetas.

A propósito da visita dos «Amigos de Lisboa» às instalações da Polícia de Segurança Pública, dignou-se o respectivo Comandante Ex.<sup>mo</sup> Sr. Coronel Monteiro Libório, vir à nossa Sede focar as actividades e a história da Corporação que tão proficientemente dirige.

Assim se mantém, dentro das nossas possibilidades, o nível cultural e uma das principais actividades marcadas nos nossos estatutos ao Grupo, e a que tanto me agrada dar execução.

E. N.

# PRIMEIRA EXPOSIÇÃO: REGISTO DE SANTOS OLISIPONENSES

*Palavras do Dr. EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES*

MINHAS SENHORAS,  
MEUS SENHORES:

SÃO só cinco minutos de explicação, para abrir.

A presente e outras exposições que nesta sala se têm realizado, por minha iniciativa e durante a vigência e exercício do meu cargo de Secretário-Geral, e outras ainda que, se Deus quiser, se seguirão, têm em mira não deixar perder o gosto por coleccionar e trazer ao conhecimento dos interessados os exemplares existentes nas colecções particulares.

A dos meus primeiros números de jornais e revistas despertou interesse no público e na Imprensa; a das fotografias de Registos de Azulejos, do Sr. Eng. Amílcar de Melo e a das fotografias anteriores a 1870, do consócio Sr. Eduardo Portugal, foram muito visitadas.

Esta, de cerca de 400 registos de santos, olisiponenses pelo seu culto, fabrico ou edição — parte de mais de um milhar que possuo, de outras espécies deste género, mas sem cunho olisiponense —, visa fomentar o estudo olisiponense, sempre para nós aliciante, de problemas como: oficinas de gravura de Santos, suas casas de venda em Lisboa, gravadores que a essa espécie se dedicaram, Santos com culto na cidade, nas suas ermidas ou igrejas, ou ainda, ampliando mais, o das litografias e dos litógrafos que ao mesmo assunto se dedicaram.

Só oficinas e casas de venda, na parte exposta da minha colecção, aparecem cerca de quarenta locais da cidade antiga.

Artistas encontram-se desde a Princesa Dona Maria Ana até aos gravadores mais notáveis da época, como Bartolozzi, Quillard, Carpimetti e outros.

Revelando, melhor: relembando, assim, vários assuntos de espécies olisiponenses, rebuscadas nas minhas gavetas, vai-se mantendo o fogo sagrado, alimentando a chama cultural, que desejo perdure, e é o fim principal do nosso Grupo: fornecer aos sócios matéria de recreio espiritual e cultural.

Aos que vieram, os meus agradecimentos, e ao consócio e confrade Sr. Luís Chaves — que no encerramento desta exposição nos fará uma conferência sobre este assunto, em que é mestre — o nosso Deus lhe pague, meu e desta instituição que dirijo e represento.

À Excelentíssima Câmara Municipal de Lisboa, na pessoa do seu digno representante, os nossos cumprimentos pela sua presença e pelas facilidades que nos concedeu para a realização do nosso empreendimento.

Este ano mais duas exposições se seguirão: a da Obra Olisiponense do Pintor, Poeta e Músico Alfredo Keil, com uma conferência do Escultor Sr. Diogo de Macedo, e a de silhuetas, do nosso consócio Sr. Dr. José Cruz.

Ao Secretário-Geral não têm faltado, graças a Deus, auxílio e colaboração, embora a tarefa ingente de captar a atenção para estas coisas — posto que tarefa meritória, ao que me parece — seja dificultosa e demorada.

Entretanto, com pertinácia e fé algo se conseguirá.

Que todos os Santos, hoje expostos, nos valham e auxiliem!

Assim seja.

## SEGUNDA EXPOSIÇÃO: EVOCAÇÃO DA OBRA OLISIPONENSE DO PINTOR ALFREDO KEIL

Conferência por *DIOGO DE MACEDO*

**B**EM haja quem arrancou do coração, mais do que da memória, a boa lembrança da reabilitação de Alfredo Keil como *cidadão de honra da cidade de Lisboa*; mas mal atinado foi quem escolheu o incolor provinciano para evocá-lo. Ainda que não seja caso de inferno, considero-o, todavia, pecado de peso na balança das responsabilidades. Para meu castigo, nesta volúpia de maroto sem correção, compartilharei da penalidade pela fraqueza na aceitação da incumbência.

Alfredo Keil, artista e homem de sociedade, foi o tipo perfeito do excelente lisboeta do remate do século passado, do elegante intelectual do Chiado, então esplendoroso de vitalidade e proezas românticas, tocadas de espírito e de cócegas revolucionárias, nos frequentadores dos cavacos na livraria Gomes, daquela casa de modas da esquina da Rua do Almada e no café Madrid, das exposições no Grémio e das óperas no S. Carlos, herdeiros das futilidades respiratórias do pacífico Passeio Público.

A sua história — a do artista chegado da Alemanha quando se fundara o Grupo do Leão — composta de triunfos e de naturais atitudes de *gentleman*, merece registo carinhoso nesta instituição de criterioso fanatismo urbano, unânimemente reconhecida como de «utilidade pública». *Amigo de Lisboa* pelo coração, também Lisboa, mau grado pequeninas birras ocasionais por causas de partidarismo, então na moda, fora sua Amiga, com muitas declaradas provas, tendo-o inúmeras vezes acarinhado com atrevidos aplausos e justas homenagens, consagrando mais tarde o seu nome ao dedicar-lhe um jardim, quase suspenso — o da Alegria, cerca da sua casa-museu —, onde habitara durante largos anos e tivera laboratório, onde sonhou, afinou os seus quadros antes de os expor, compôs, num pequeno piano, as suas partituras, e onde deu recepções famosas e foi vitoriado pelos admiradores e amigos, que se contavam aos centos e de todas as classes, coisa notável e rara em volta dum artista, que não sendo regedor, não tem préstimos para favores.

Lisboa, que nas suas leviandades de passageiras distrações, mais

tarde ou mais cedo, costuma ser grata, chegou a iniciar a glorificação do artista com um monumento em sua memória, mas que traições do destino, com reconhecidas quezílias dos bons lisboetas, até hoje têm impedido de ser erguido naquele jardim-patamar, para o qual foi ideado e bem ficaria entre as belas árvores que lá vemos, felizmente ainda sem bicho para serem atacadas pelo bicho-homem.

Ignoro, e pretendo continuar a ignorar, das causas impeditivas no cumprimento do projecto; porque estou certo da justiça fundamental no compromisso tomado com a memória do músico e do pintor que honrou Lisboa e mereceu da Pátria, e porque calhou recordar o facto nesta assembleia de patrícios alheios às tricas ou negligências que têm demorado a realização final da obra, eu ousou, com a consciência da proposta e suspendendo o motivo da palestra combinada, sugerir o ressurgimento do projecto por iniciativa dos *Amigos de Lisboa*, junto dos Poderes Superiores, e, se necessário for, com a colaboração dum plebiscito municipal, quero dizer: duma subscrição pública entre alfacinhas e aderentes provincianos, como eu, que não queremos menos bem a Lisboa e gostamos de a ver povoada de monumentos.

Seja como for, a questão está em levar-se a cabo a obrigação contraída, tanto mais que o busto de Alfredo Keil se acha esculpido por Teixeira Lopes, que foi seu amigo e lhe deu estilo, faltando apenas transladá-lo ao bronze, com mínima despesa, e chamar o neto do Artista, que também artista é e architecto distinto, para que dê o risco do pedestal, sem precisão de subsídios alegóricos, os quais, no geral, são rabichos escusados.

A propósito ou sem propósito, já mais duma vez dei contributo, e de modos vários, na revivência da memória e da obra do pintor, deixando a quem de direito e de competência, a da actividade de músico compositor. Repetir pregações passadas seria abuso da falta de imaginação, embora entre portugueses ocupados por outras paixões não seja demais dizer uma dúzia de vezes a oração em favor dos artistas, porque estou convencido de que nem com cartazes nas esquinas e propaganda no verso dos bilhetes dos eléctricos ou intercalada nos relatos do futebol, se fixará, eficazmente, o essencial e proveitoso a todos e em prol da nossa cultura.

Se repararmos bem, no limite do tema que hoje me foi imposto, o pintor de Lisboa, Alfredo Keil, foi diferente, mais meigo e mais luminoso do que o pintor das demais terras por onde vadiou em constantes peregrinações de estudioso e documentador. O pintor de Lisboa, não sendo mais apaixonado, foi, porventura, mais enternecido e desejoso de modernidades pelos deslumbramentos da luz — que parece projectar-se do Tejo por ricochete sobre a cidade —, do que o lírico da

várzea de Colares e o romântico das quebradas do Zêzere, onde anos e anos, em sondagens e amores de Artista, captou surpresas e arquivou aspectos dos arvoredos, do mar e da serra, nas suas activas férias de visual e contemplativo, embebecido na poesia musical dos panoramas.

Particularmente nos derradeiros anos de produção — disse-me seu filho, o saudoso Luís Keil — dedicara ele a sua pintura ao característico inconfundível do semblante ameno desta cidade onde nascera, registando-lhe a expressão dos bairros, anotando o tráfego dos cais, fixando-lhes o sorriso e a gaiatice nas nuances das estações e das horas do dia, vendo envolta em rósea ou prateada névoa a colina do Castelo, descobrindo o tom musical e variado das praças e betesgas, com os tipos populares a animá-las, e pincelando com oiro velho ou laivos sanguíneos as perspectivas do poente por detrás dos caíques e armações do Tejo.

Assim, a obra mais moça deixara-a este experiente e sentimental panteísta, para o fim, quando de todo se entregara à auscultação afectiva, quando a idade era mais avançada, para, com mais vagares, falar com acerto, na progressão de processos técnicos e de comoções plásticas. Não se julgue, porém, que Keil faleceu idoso. Tinha 57 anos; e aos 40 fora definitivamente consagrado pela crítica, como pintor e músico, cá e no estrangeiro, onde deixou muitos quadros em galerias e se cantaram as suas principais óperas.

Lisboa, apesar das intrigas políticas motivadas por uma história ridícula em redor dumas coroas vindas de Itália, mas que dera brado público para ser discutida nas Cortes de S. Bento, se levava os *habitués* de S. Carlos, em sinal de protesto conservador, a deixarem desertos os camarotes de 1.<sup>a</sup> ordem na noite de *première* da *Irene* — que tinha sido estreada em Turim com estrondoso êxito, a ponto do Rei o condecorar com a «Coroa de Itália», que fora entregue ao Artista pela Princesa Letícia —, Lisboa, a caprichosa, apesar disso, aplaudira estrondosamente a ópera e acorrera à estreia de *Dona Branca*, no mesmo palco, onde numa só época foi cantada 18 vezes! Sabe-se, também, que quando *A Serrana* foi levada à cena, uma multidão de entusiásticos admiradores acompanhou o Compositor desde o Largo de S. Carlos à sua casa, à maneira do que antigamente se fazia aos heróis, manifestação essa — bons tempos! — que foi rematada por uma ceia improvisada, na qual se beberam nada menos de 200 garrafas de *Champagne*, refresco malicioso que aqueceria mesmo a sisudez dos santos e dos cépticos filósofos.

Para aliviar este relato, vou lembrar um caso anedótico, então divulgado. No 1.<sup>o</sup> acto d'*A Serrana* havia uma procissão de campónios, e nela vinha um cura, a cavalo. Para a cena, tinha-se alugado aos

serviços de limpeza municipal um dócil bicho das carroças-do-lixo, que o próprio carroceiro conduzia pela arreata. Uma noite, este e o cavalo não apareceram a tempo, e a atrapalhação nas traseiras do palco foi aflitiva. Estava a aproximar-se a hora da procissão, e vai Mestre Keil, mesmo de casaca, corre a uma taberna da Rua Capelo, ali ao lado, onde costumava abancar um vendedor de hortaliça que tinha um burro. Paga-lhe bem e leva ao palco de S. Carlos o pachorrento animal e o hortaliçeiro, aparecendo desta vez o padre montado em corcel menos fino, o que causou risota na assistência elegante do teatro, mas não prejudicou demasiadamente, como recurso de remedeio, a composição nem o efeito da cena.

O mais engraçado deste imprevisto é que, desde então, todas as noites se via num recanto do Largo de S. Carlos o hortaliçeiro e o burro... para o que desse e viesse.

Sendo certo que a história do artista lisboeta ficou mais documentada na sua vida musical do que ligada à pintura, não deixa de ser oportuno recordar o caso elegante, no clima social daquele tempo, quando o pintor, em sua própria casa, na Avenida da Liberdade, abriu uma grande exposição, com mais de duzentos quadros, que rapidamente foram, quase na totalidade, adquiridos e disputados pelos colecionadores. O acontecimento artístico, tão comentado em todos os meios da Capital, rivalizara com o de requintada mundanidade e gentileza, como era costumé Alfredo Keil usar quando oferecia às cantoras das óperas, jóias do Leitão, e aos demais intérpretes, pratos do mesmo ourives ou do Cunha, então as mais afamadas de Lisboa, convidando os restantes colaboradores, quando findava a época, para um opíparo banquete, que algumas vezes se realizava fora de portas, onde a polícia não intervinha com a rigidez dos horários nem dos silêncios.

Na inauguração daquela sua exposição fora transformado o andar da casa burguesa onde habitava e que tinha enriquecido num ambiente de gosto, recheando-o com mobiliário de estilo, instrumentos raros, porcelanas e *bibelots* de Arte, espelhos, colchas, mil relíquias e profusão de flores, ali reunindo nesse dia o escol dos intelectuais e dos aristocratas, não só para apreciarem os quadros dispersos pelas salas e pelo ateliê do artista, mas também para escutarem um sexteto, que durante a festa executara partituras inéditas de sua autoria. Num *raffinement* de cortesia, a todas as senhoras foram oferecidos ramos de delicadas flores, e todos os catálogos eram ilustrados com um desenho original e a assinatura do pintor. Criados obsequiosos serviam doces, vinhos finos e *Champagne*, dando alegria e vivacidade à recepção.

Alfredo Keil recebia sempre com apuros de fidalguia. Nas *soirées* para músicos, pintores e literatos, formavam frequentemente a tertúlia, D. João da Câmara, Lopes de Mendonça, Maximiliano de Aze-

vedo, Magalhães Lima, Ribeiro Artur, Júlio Mardel, Francisco Bahia, Freitas Gazul, Luís Felgueiras, Alfredo Gales, Rey Colaço, Columbano, Rafael Borlado e tantos mais, que animavam as conversas com comentários aos acontecimentos de Lisboa, recitando-se versos e fazendo-se viva crítica, própria do espírito de tais individualidades. Eram faladas e invejadas essas reuniões de reservada escolha, porque, para mais livre e democrática frequência, lá estava a Tabacaria Costa, à esquina da Rua do Ouro, no desembocar da Rua do Príncipe, em frente ao Rossio, centro de cavaco mais perigoso, onde se contavam anedotas, falava de tudo e de todos, fazia política e onde Alfredo Keil, com o seu feitio alegre, habituado a círculos musicais e de teatro no estrangeiro, contava histórias pitorescas, chegando a inventar outras extraordinárias, que, por tão bem as compor com a sua fantasia, acabava ele mesmo por acreditar nelas, fazendo-as correr como verdadeiras. Quando elas voltavam ao seu conhecimento, ria a bom rir e, maliciosamente, denunciava-lhes a origem.

Amador de antiguidades, era freguês certo em quantos ferro-velhos havia em Lisboa. Um dia entrou numa loja onde não era conhecido e descobriu um leque precioso. Ajustado o preço, quando ia para pagar o objecto, viu que não tinha dinheiro consigo. O mercador, tomando um ar desconfiado e matreiro, aferrolhou o leque; mas Keil tinha pressa em o possuir e temia o aparecimento de qualquer outro coleccionador. Sacou o alfinete com brilhante, que usava na gravata, deixando-o de penhor enquanto ia a casa buscar a quantia combinada. Na volta, o ferro-velho — que não tivera testemunhas nas condições do negócio — negou-se a aceitar o dinheiro, «porque não é ora essa!», ficando de lucro com o brilhante. Keil, ainda que contrariado, não questionou com o homenzinho *vigarista*, nem se queixou à polícia. Possuira o leque e deu-se por satisfeito, à força, contando, a título de precaução, a peripécia aos amigos. Era deste género o coleccionador, de primorosa educação!

A colecção de instrumentos de música, que pertence hoje ao Conservatório, reunira-a ele, paciente e sabedoramente, organizando-lhe o catálogo, que publicou.

Keil não era o vulgar maníaco do bricabraque. Era o Artista amoroso de tudo quanto com distinção representasse Beleza, detentor duma extraordinária cultura, possuindo excelentes livros na sua biblioteca de especialidades, a qual foi depois aumentada por seus filhos, que educou no bom gosto e eram igualmente Artistas pelo conhecimento e pelo amor à Arte: o ilustre académico Luís Keil, que foi Director do Museu dos Coches, e Dona Guida Keil, que daqui contemplo com o respeito duma antiga amizade de admiração, no esplendor da sua formosura.

Uma vez contou-me ela este caso. Quando seu pai se preparava para pôr em cena uma ópera de sua autoria, consultando os livros que tinha, para afinar pormenores e para que nada fosse errado nas minudências das cenas, com fidelidade na indumentária da época, dos acessórios, dos interiores e em quanto convinha à verdade dos quadros, porque não encontrasse cá os documentos precisos para isso, fez uma viagem ao estrangeiro, de propósito, a fim de consultar arquivos em museus, para que o panorama da tal ópera ficasse sem pecado. Era assim o exigente e probo Artista, que Lisboa consagrou certo dia, num cortejo de tipóias abertas e engalanadas com as coroas que lhe haviam sido oferecidas em Turim, e que os seus admiradores foram resgatar ao leilão da Alfândega de cá, onde tinham sido apreendidas como flores artificias para negócio, levando-lhas a casa, porque ele se negara a pagar a multa de contrabandista!

Deste episódio picaresco e escandaloso, porque foi divulgado na imprensa com comentários de censura, aproveitaram-se, para ataques ao Governo, os políticos que estavam na opposição. Longe vai o tempo destas questiúnculas alfandegárias, que também retiveram, cerca dum ano, o célebre quadro de Columbano, *O Concerto de Amadores*, o qual, apesar de vir do *Salon*, de Paris, e endereçado ao Rei D. Fernando, houve de pagar direitos como móvel de indústria, com seguro exagerado, painel pintado por um desconhecido de quem convinha desconfiar...

Lisboa, a leviana e caprichosa, como já aqui lhe chamei, também algumas ocasiões tem sofrido de desvaios. Aquando do movimento popular por motivo do *Ultimatum*, numa reunião de patriotas, no antigo Salão Neupart, surgiu, entre outros projectos, o de um hino de protesto e acessível ao sentimento popular. Keil fora indicado para o fazer. Vai ele, inspirado e repentista, sentando-se a um piano, logo ali o improvisou, sendo aclamado com entusiasmo. Faltava a letra, que convinha ser heróica. Keil, nessa noite, em sua casa, retocou a escreveu a música, correndo, altas horas, a bater à porta do poeta Henrique Lopes de Mendonça, que morava ali perto, na Rua de S. José, quase à esquina da Rua das Pretas, para que viesse com ele, o ouvisse tocar e escrevesse o poema, trabalhando os dois até ao nascer do dia seguinte, e decidindo que o hino se chamaria *A Portuguesa*. Do destino que o tempo daria, como hino nacional, a esse brado de repulsa patriótica, Keil, que morreu em 1907, não poderia ter qualquer responsabilidade. Todavia, tomada a sua inspiração como acto político doutra espécie, Lisboa, que o aclamara na hora propícia, acusara o seu autor de jacobino, quando ele fora apenas o artista inspirado.

Sempre os artistas foram vítimas destas incongruências acusatórias!

Nas caves do Teatro da Rua dos Condes instalara-se uma espécie de tenda de petiscos, chamada dos «Malhavencos», onde se reuniam, depois dos espectáculos, para conversa e ceatas, alguns boémios e noctívagos, retardatários, como sempre os houve em Lisboa, em recolhimento a penates. Keil encontrava-se ali com Júlio Mardel, Francisco Grandela e Nunes da Mata, o qual gostava de levar os amigos para a sua casa, na Costa do Castelo, oferecendo-lhes então deliciosos pitéus por si cozinhados. Foi duma das janelas dessa casa que Keil pintou alguns aspectos de Lisboa, entre os quais um quadrozito que seu filho ofereceu ao Museu de Arte Contemporânea. De quantos outros se poderia identificar o lugar donde foram vistos e contar-se-lhes a história, porque não há obra de Arte sem ela! Mas o meu sermão já vai demorado...

Como os caçadores e quase todos os pintores paisagistas, Alfredo Keil tinha uma indumentária especial com que ia para os campos, a pintar. Uma folgada japona, um chapeirão de feltro, botas grossas e apolainadas, como se vê num quadro onde se retratou no meio do arvoredado do Buçaco, e de mochila às costas com a tralha do cavalete e caixa das tintas, ei-lo que se punha a caminho, arrimado a um pau ferrado. Quem o via passar, sem o conhecer, tomava-o por peregrino ou vagabundo de terra em terra. Uma vez, em Colares, vendo, num trem, que estava parado, umas senhoras suas conhecidas, aproximou-se da carruagem para as cumprimentar e, ao tocar na portinhola, uma das senhoras, tomando-o por pobre de pedir esmola, despediu-o: «Tenha paciência, irmãozinho! Não temos dinheiro trocado...».

Não há nenhum pintor que não tenha meia dúzia de histórias neste género, de casos passados com eles quando atravessam os campos para armarem o cavalete. De um sei eu que apanhou uma sova de varapau, sendo tomado por *vigarista* que andava a marcar terrenos que não lhe pertenciam, para os vender como seus. E Soares dos Reis, em França, chegou a ser preso, por espião.

Alfredo Keil possuía uma casa na Praia das Maças, que tinha uma capela consagrada a Nossa Senhora da Praia. No dia da festa, em que saía em procissão o andor da Virgem aos ombros dos banheiros, e havia bailarico e arraial, bodo aos pobres com arroz doce e fogo de artifício à noite, costumava ele levar, de Lisboa, os cantores da Sé, para a missa de gala, tocando ele mesmo, no órgão, as músicas que compunha para a festa. Um ano houve em que os seus amigos, sem nada lhe dizerem, ali compareceram todos, indumentados com o guarda-roupa de S. Carlos, da ópera *A Serrana*, o que muito o divertiu e comoveu. Dessa vez o almoço só acabou na hora em que costumavam findar as ceias.

Estas e tantas outras coisas passadas, que ora relembro, foram citadas nos jornais de então e algumas ficaram registadas nos papéis íntimos da família, para me serem contadas em conversas de acaso, e eu agora, indiscretamente, aqui as tornar públicas, embora sem perigos de maior, porque falar entre os *Amigos de Lisboa* é como que dar à língua em família.

Contudo, para não enfadar e com medo de que me escorregue o ânimo par um pouco de má-língua — que nós, em Lisboa, também apreciamos como condimento nas palestras —, quero dizer-lhes que Alfredo Keil não era um *Santo*, ainda que fosse bondoso e mesmo generoso, havendo protegido músicos pobres, ajudado alguns a safarem-se de precárias situações e socorrido as famílias de outros no desamparo dos lutos ou devido ao excesso de boémias a que se dessem os chefes.

Keil, não sendo um D. Juan, mas sendo um homem bonito, bem apessoado, de finas maneiras e espirituosas falas, para mais nimbado de celebridade, era requestado por *divas* e gulosas, a cujas graças não era indiferente e as apreciava com as suas de cortesia. Nunca um perfeito *gentleman* e bom lisboeta cometeu a incorrecção de recusar favores aos olhos doces ou brejeiros duma mulher. Assim, certa noite de Inverno, em vez de regressar a casa de tipóia, que era sinal para a família, que o esperava, subira a Avenida a pé, galgou as escadas e entrou nos seus aposentos o mais discretamente que pôde. Mas sua Esposa, que o aguardava, viu-o chegar sem o seu excelente sobretudo forrado de boas peles de astracã, e com o ar disfarçado de quem escondia qualquer coisa. Ela, desconfiada e um pouquinho ciumenta — e tinha razões para isso, oh se tinha! —, interpelou-o sobre o estranho facto, ao que ele não respondeu ou deu atrapalhada explicação: «esquecera-se dele no restaurante, em casa dum amigo, no camarim do cantor tal...». Mas nos dias seguintes a peliça não aparecera e Keil mandara fazer uma nova, de bom talhe, em que era perito, porque, filho de peixe, e peixe de Corte, para mais, sabia como se nadava com elegância.

Pois, Senhoras e Senhores! Só mais tarde se soube que aquele que não era Santo fizera como S. Martinho, tendo na referida noite dado o seu rico casaco de abafo a um pobre músico que vira a tiritar de frio, assim como lhe dera o dinheiro que tinha no bolso, não podendo, portanto, tomar a tipóia do costume. Dava a quantos lhe pediam e, apesar de possuir fortuna, algumas ocasiões se viu embaraçado no equilíbrio das finanças internas.

Era assim o homem, o bom lisboeta que os *Amigos de Lisboa* hoje permitiram que tão desconchavadamente fosse evocado neste serão!

## PRIMEIRO SALÃO FOTOGRAFICO

# “AMIGOS DE LISBOA”

Conforme o anunciado, realizou-se de 6 a 21 de Dezembro último a Exposição de provas apresentadas ao *Primeiro Salão Fotográfico Amigos de Lisboa*. Entre as dezenas de trabalhos exibidos, o Júri, presidido pelo Secretário-Geral, como delegado da Junta Directiva, e composto pelos Ex.<sup>mos</sup> Snrs. Alberto Schmidt, Prof. Armando de Lucena, Hugo Raposo, nosso Director-Tesoureiro, e J. Silva Nogueira, resolveu, conforme a acta que a seguir se transcreve, classificar as provas expostas.

Esta iniciativa, que chamou à sede numerosa concorrência, é de seguir em anos futuros.

E. N.

### ACTA DO JÚRI

Aos dez dias do mês de Dezembro de mil novecentos e cinquenta e dois reuniu-se o Júri nomeado pela Junta Directiva, em sua sessão de um de Julho último, e conforme a circular número cento e vinte nove, sob a presidência do delegado da Junta Directiva, o seu Secretário-Geral, Excelentíssimo Senhor Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves.

Faltou, tendo justificado a falta e delegado no Presidente, o Excelentíssimo Senhor Albert Schmidt.

Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade.

O Júri, considerando a alta categoria artística e técnica da prova *Velha Varina*, apresentada pelo sócio número 2.530 Excelentíssimo Senhor Regino Antunes Paulo da Cruz, resolveu atribuir-lhe a distinção *Hors Concours*, por o assunto estar fora do disposto do número dois do Regulamento.

O Primeiro Prémio — *Lisboa Velha*, por Roque Gameiro — foi atribuído à prova *Claustro do Menino Deus*, apresentada pelo sócio número 816 Excelentíssimo Senhor Tenente-Coronel Fernando de Castro da Silva Canedo; o Segundo Prémio — *Casas da Câmara de Lisboa*, por Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo — foi atribuído à prova *Jardim Botânico da Ajuda*, apresentada pelo sócio número 1.941, Excelentíssimo Senhor Manuel Pinho Fião, e o Terceiro Prémio — *Grades de Lisboa*, por Jaime Lopes Dias — foi atribuído à prova *Castelo de S. Jorge*, apresentada pelo sócio número 1.394 Excelentíssimo Senhor De Wett Henrique Alves.

O Júri, atendendo não só à categoria artística e técnica da prova — *Jardim e Basílica da Estrela* — e outras, apresentadas fora do Concurso pelo membro do Júri, o sócio n.º 2.324 Excelentíssimo Senhor Albert Schmidt, e *Casa dos Bicos*

e outras, apresentadas pelo membro da Comissão Organizadora, o sócio número 1.000 Excelentíssimo Senhor Eduardo Portugal, resolveu atribuir dois *Hors Concours* às provas *Jardim e Basílica da Estrela*, do primeiro, e *Casa dos Bicos*, do segundo.

Os prémios *Hors Concours*, foram constituídos por gravuras olisiponenses da autoria do Sócio Ex.<sup>mo</sup> Sr. A. Trindade.

Lisboa e sede do Grupo «Amigos de Lisboa», 10 de Dezembro de 1952.

*Eduardo Augusto da Silva Neves*  
*Armando de Lucena*  
*Hugo Raposo*  
*J. Silva Nogueira*

NOTA. — Os Prémios foram distribuídos numa sessão solene, durante a exibição de filmes de Amadores, realizada no nosso salão em 20 de Dezembro de 1952.

# VISITA DE ESTUDO

## AS INSTALAÇÕES DA JUNTA DE FREGUESIA DE

# S. JOSÉ

EM 18 DE JANEIRO DE 1953

*Palestra proferida pelo Presidente da Junta J. BRUGES DE OLIVEIRA*

Antes de mais nada uma palavra de agradecimento.

Ter o «Grupo dos Amigos de Lisboa» querido incluir no seu programa uma visita às instalações desta Junta é um facto que me desvanece, não só como Presidente da Junta, mas como «alfacinha» da gema, que me prezo de ser.

Em Lisboa são quase desconhecidas as nossas instalações e, por isso, tão esquecidos e abandonados, sempre, pelas entidades responsáveis, sentimo-nos muito honrados quando alguém se lembra de nós.

E quando quem se lembra de nós é uma entidade como aquela de que VV. Ex.<sup>as</sup> fazem parte — a quem Lisboa e o País tanto devem — então, sentimo-nos penhorados.



Sobre a Freguesia, que lhes hei-de dizer que VV. Ex.<sup>as</sup> não saibam, pois que sabem tudo quanto diz respeito à nossa cidade?

Em 1532, D. João III autorizou a fundação, na Igreja de Santa Justa e Rufina, de uma «Confraria de Carpinteiros e Pedreiros», tendo por orago S. José.

Foi a primeira com o nome deste Santo em Portugal.

Em 1545 foram doados à Confraria uns terrenos «a caminho de Andaluz», no sítio de «Entre-Hortas» e ali edificou aquela uma Ermida ao seu patrono, que passou a chamar-se de «São José de Entre-Hortas».

Em 20 de Novembro de 1567, o Cardeal-Infante D. Henrique reconheceu a necessidade de criar uma nova Freguesia, e, por provisão

daquela data, ofereceu aos carpinteiros a fundação da Freguesia, sob o orago de S. José, com sede na sua Ermida e com a área desanexada da Freguesia de Santa Justa e Rufina.

E assim foi criada esta Freguesia, que, vinda dos fins da segunda dinastia, se pode considerar bastante velha, pois tem precisamente 395 anos.

E nestes quase quatro séculos muitas coisas se passaram nesta Freguesia.

Era aqui o «Passeio Público»; foi na Praça da Alegria a «Feira da Ladra» e havia o «Teatro do Salitre».

Tem palácios importantes, como o da Anunciada, dos Marqueses de Rio Maior, o Palácio Foz, o dos Condes de Magalhães (hoje Cooperativa Militar) e o do Lavra, onde esteve a Escola Nacional e que é hoje ocupado pelos Correios.

Nela começa a Avenida da Liberdade.

Tem ruas humildes e características, como a do Cardal e a do Carrião e outras, com nomes de tradição e sabor popular — da Fé, da Esperança e da Caridade.

Tem artérias com nomes esquisitos: «Travessa do Fala-Só», e outras cujo nome é um contra-senso: «Travessa Larga», que é aliás estreita.

Mas, em contrapartida, apesar dos esforços da Junta, ainda não tem — como já teve e há que voltar a ter — a Rua de S. José.



A sede da Junta tem estado em vários locais.

Aquando da proclamação da República — e ainda durante muitos anos — esteve instalada numa dependência da Igreja de S. José dos Carpinteiros, onde funciona hoje a «Antiga Casa dos Vinte e Quatro», cuja origem remonta a D. João II.

Depois esteve instalada na Rua do Telhal, a seguir numã sobreloja da Rua Alves Correia, passando — já na nossa gerência, há cerca de 16 anos — para um rés-do-chão num edifício do Estado, na mesma rua.

Porque esse edifício foi vendido para ampliação das instalações do Vitória-Hotel, passou — transitòriamente — para um segundo andar ainda na mesma rua.

Com parte do produto da venda do edifício do Estado onde nos encontrávamos instalados, na Rua Alves Correia, iniciaram-se as obras

de construção das nossas novas instalações pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, do Ministério das Obras Públicas.

O terreno onde estas instalações foram construídas fazia parte do jardim do Palácio dos Condes de Magalhães.

O que são essas instalações vão VV. Ex.<sup>as</sup> dar-se ao incómodo de ver.

Elas constituem o orgulho da Junta, que lhes vem dedicando, há cerca de 16 anos, o melhor do seu carinho e da sua boa vontade.

Não escondo que para chegarmos ao fim desta Obra tivemos de arrostar com muitos dissabores, enormes sensaborias e numerosas contrariedades.

Mas se aquilo que VV. Ex.<sup>as</sup> nos vão dar a honra de visitar tem utilidade, servimos Lisboa. Ora servindo Lisboa servimos a Nação, estando assim amplamente recompensados. Que maior honra pode desejar um português do que servir o seu País?

---

NOTA:

Ao publicar a palestra proferida pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. José há que agradecer as facilidades concedidas e as palavras amáveis que foram proferidas.

Mas isso é o costume e o banal. A obra visitada é das que merece referência especial, pelo conforto, gosto e arte das instalações; pelo seu fim moral e educativo; pela devoção dos realizadores, entre os quais avulta o Presidente da Junta que nos recebeu.

Com as palavras que de improviso lá proferi, e nestas que, como corolário da sua palestra, aqui se publicam, só tive em mira fazer realçar o interesse da obra visitada, que bem merece o carinho dos «Amigos de Lisboa» e o reconhecimento dos habitantes da cidade.

Realmente, servir o País desta maneira — a maneira como os dirigentes desta Obra o servem — é, como bem diz o Ex.<sup>mo</sup> Snr. J. Bruges de Oliveira, não só recompensa condigna, mas também honra notória.

E. N.

SESSÃO DE CINEMA OLISIPONENSE  
NA  
«CASA DAS BEIRAS»

EM 23 DE ABRIL DE 1953

*Palestra pelo Dr. JAIME LOPES DIAS*

MINHAS SENHORAS,  
MEUS SENHORES:

Passa-se hoje qualquer coisa de novo nos anais da Casa das Beiras e do regionalismo beirão.

O Grupo «Amigos de Lisboa», associação genuinamente lisboeta, honrou com a sua presença este solar representativo de três províncias, correntemente designadas por «coração de Portugal»; e os Beirões não só franquearam as portas desta Casa com a afabilidade que lhes é peculiar, como lhes abriram os braços para apertarem contra os seus corações os Lisboetas seus amigos.

Todos VV. Ex.<sup>as</sup> sabem que mourejam em Lisboa muitos milhares de provincianos, acarinhados e tratados como família, confundindo-se, no dia a dia das suas actividades, com os alfacinhas.

Em todos os tempos Lisboa recebeu também galharda e hospitaleiramente altos valores que desciam das serranias ásperas da nossa terra a ocupar altos postos na própria administração citadina e na do Estado. Não ficará mal, como prova da minha afirmação, citar o exemplo recente do actual Presidente do Conselho Sr. Dr. António de Oliveira Salazar, que é Beirão genuíno da Beira Alta.

É dia grande hoje na Casa das Beiras, minhas senhoras e meus senhores, não só pela visita que Lisboa lhe faz, mas ainda porque com ela veio uma embaixada da sua Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal, representada pelos seus serviços cinematográficos, que, criados há pouco mais de três anos, e tendo iniciado a sua acção com o filme *Urbanização do sítio*

*de Alvalade*, realizaram já mais de 30 novos documentários, montados com mestria e arte, e que dão ideia exacta do progresso citadino.

E não se ficando por aqui, e reunindo à sua própria obra dezenas de filmes de carácter educativo, cultural e recreativo, cedidos por outras entidades ou organismos, tem oferecido ao público de Lisboa, neste curto período já referido de três anos, perto de duas mil sessões de cinema, distribuídas por diversos dias da semana e em diversos locais como: Pavilhão dos Desportos, Bairros de Oliveira Salazar, Boa Vista e das Furnas, e Feira Popular.

São obreiros desta magnífica realização o Architecto Mateus Júnior e o decorador e artista José Espinho, a quem tenho o prazer de cumprimentar.

A Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal pode, com toda a razão, orgulhar-se dos resultados obtidos.

Mas VV. Ex.<sup>as</sup> vieram para assistir a um espectáculo e não para ouvir discursos, e por isso devo terminar.

Antes, porém, desejo formular dois votos: um para que não seja esta a última vez que os «Amigos de Lisboa» nos visitem e aproveitem a nossa Casa para o que lhes aprouver; e outro para que esta festa, dada na «Casa das Beiras» para os Lisboetas, venha a ser repetida, especialmente no capítulo realizações de Lisboa, para os Beirões, a fim de que eles, aqui agremiados com vista à propaganda e engrandecimento das suas terras, possam afervorar ainda mais os seus sentimentos de amor pátrio, e, com justiça, louvar e admirar os progressos de Lisboa, terra de sol e beleza inconfundíveis, e sem par entre as mais famosas capitais do mundo.

#### NOTA:

Disse o Snr. Dr. Lopes Dias que «Amigos de Lisboa» são todos os que da Província nesta cidade se vieram fixar. De facto sempre assim o entendi.

Quando, há cerca de 30 anos, no exercício do cargo de Secretário-Geral da «Propaganda de Portugal», promovi uma série de conferências dos representantes das casas regionais, englobadas no intuito da propaganda turística de Portugal, sempre julguei do dever de Lisboa acolher jubilosamente todos os da Província e sempre acreditei na grata amizade deles pela nossa terra. É que tudo é Portugal.

Hoje a hospitaleira Casa das Beiras, tão acolhedora como as gentes dessa Província, a que também estou ligado por laços de família, abre-nos, generosa e fidalgamente, as suas portas para, mercê da amabilidade dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, mostrarmos aos nossos sócios algumas belezas e realizações da mesma

Câmara, mercê do esforço e orientação superior dos seus Presidentes, nossos ilustres consócios, exibição feita pelos também nossos consócios architecto Mateus Júnior e decorador José Espinho.

Para todos vão, neste momento, assim como para VV. Ex.<sup>as</sup>, Senhores Directores da «Casa das Beiras» e particularmente para V. Ex.<sup>a</sup>, que das suas opiniões se fez intérprete, os nossos maiores agradecimentos e os cumprimentos da Junta Directiva do Grupo «Amigos de Lisboa», que, como seu Secretário-Geral, tenho a honra de aqui representar.

E. N.

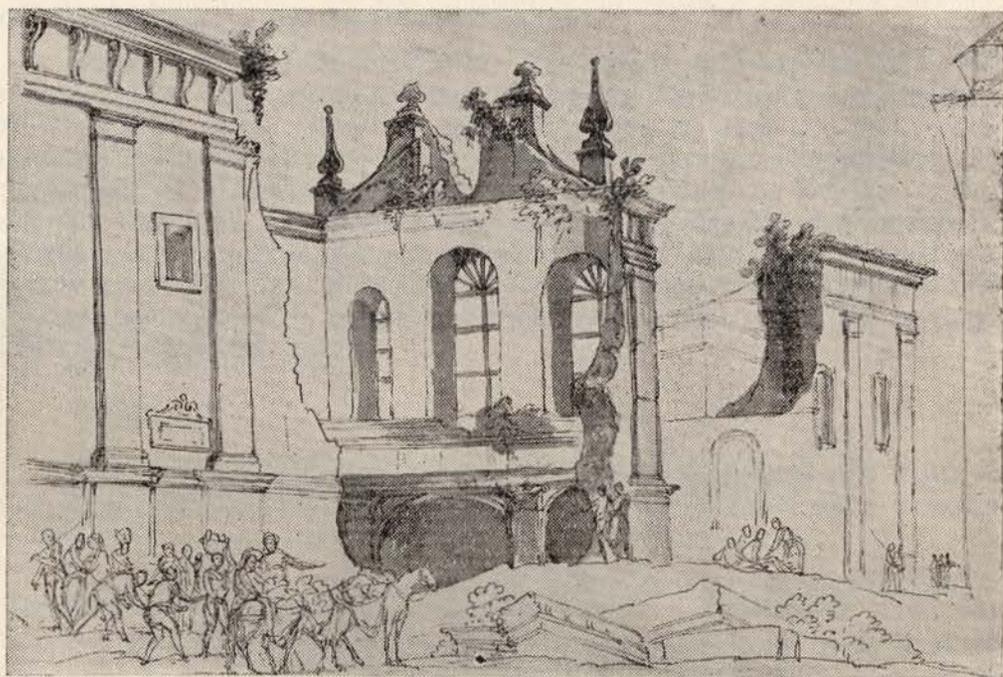
*(Palavras proferidas pelo Secretário-Geral em resposta ao discurso do Ex.<sup>mo</sup> Snr. Dr. Jaime Lopes Dias, então proferido).*

# FEIRA DA LADRA

## DESENHOS DE LISBOA DO SÉCULO XVIII

NO nosso n.º 59, ilustrando o artigo intitulado Alguns desenhos inéditos de Lisboa do fim do século XVIII, da

esta curiosa charada lisboeta foi decifrada pelo ilustre investigador sr. Major Figueiredo e Silva. Os dois templos que se vêem no desenho são o Loreto e a Encarnação. Os pormenores arquiteturais da fachada lateral do primeiro,



autoria do sr. Francisco Cordeiro Blanco, reproduziu-se um desses desenhos, representando edifícios religiosos que não se soube identificar. Como legenda a estampa trazia o seguinte: Uma Igreja arruinada (S. Paulo? São Julião?). Pois

e a situação do segundo em relação a este, parece não deixarem dúvidas.

Para melhor documentar a asserção do sr. Figueiredo e Silva reproduz-se de novo o desenho, da autoria de um artista com melhores recursos que o dese-

nhador dos outros oito que se publicaram.

M. S.

## JANELAS DE ALFAMA

**R**ECEBEMOS a seguinte carta:

«...Senhor Director de Olisipo — Acabei de ler na revista de que V. é muito justamente Director, a noticia acerca do aparecimento do livro *Janelas de Alfama*, que muito agradeço.

Como dela, todavia, se infere que quem a redigiu se convenceu (por ignorância ou menos atenção) de que as quadras que acompanham os desenhos foram escritas pelo artista-deseñador, apresso-me a informar V. de que essas redondilhas são de minha autoria, como, aliás, V. poderá verificar no exemplar que tivemos a honra de vos oferecer.

Tomei a liberdade de esclarecer V. sobre este ponto porque não desejo de forma alguma que o meu amigo e brilhante artista *Luís Trindade* assumia a responsabilidade dum trabalho de tão reduzido valor literário. Já basta que, por generosa camaradagem, tivesse consentido a sua inserção no referido livro, que nós — sem que a noticia também o diga — gostosamente dedicámos aos Amigos de Lisboa.

Com os protestos da mais elevada consideração, subscrevo-me respeitosamente. — Alberto Jerónimo».

## RUA ALVES CORREIA — RUA DE S. JOSÉ

O volume recentemente publicado pelo nosso consócio *Godofredo Ferreira*, com o título de *Três Palácios dos Correios na Rua de S. José*, curioso trabalho olisiponense, sugere-nos um comentário.

Agora que a nossa Câmara Municipal fez voltar às esquinas de diferentes artérias citadinas, muitos dos letreiros que uma desarrazoada paixão política de lá havia arrancado, porque se não repõe o nome de São José na velha rua, de tão ricas tradições, há 40 anos crismada para Alves Correia?

O nome do jornalista passaria a ornamentar a esquina de uma das novas artérias com que a cidade se enriquece dia a dia, e o Santo Patriarca voltaria ao lugar que ocupava desde o século XVI.

A. Ferreira do Nascimento

## NOVA CASA

OS «Amigos de Lisboa» deixam o Chiado, neste Verão de 1953. Tal como os bons alfacinhas que por esta época o abandonam para respirar noutra ambiente, o Grupo vai fazer também uma mudança de ar, e, decerto, por muito tempo. Troca a Rua Garrett pelo Largo Trindade Coelho, o velho logradouro de São Roque, sítio lisboeta cem por cento, paredes-meias com o Bairro Alto.

Para esta nova instalação, que lhes traz melhorias, os «Amigos de Lisboa» contam consigo mesmo, e cada um, seguramente, dará para a comunidade a sua simpatia e a sua colaboração.

## PLANTAS E DESENHOS DE LISBOA

PARA conhecimento dos estudiosos, damos-lhes esta indicação acerca de vários documentos que interessam à história dos bairros e edificios lisboetas, existentes no Arquivo da Academia Nacional de Belas Artes:

Planta do bairro da Ajuda.

*Planta do Palácio velho da Ajuda.*  
*Planta do Palácio das Necessidades.*  
*Planta da autoria de Azolini, para a Ópera do Paço da Ribeira.*  
*Planta do Teatro Nacional da Rua dos Condes, com a topografia do local, alçados, cortes, etc.*  
*Duas plantas do bairro das Amoreiras.*  
*Planta do Largo do Rato e imediações.*  
*Vários projectos para o novo Teatro da Rua dos Condes.*  
*Alçados e fachadas de vários edifícios de Lisboa.*  
*Planta da Basílica e Igreja da Patriarcal Queimada.*  
*Planta dos subterrâneos da Inquisição. No Museu do Carmo, entre outros do-*

*cumentos iconográficos de Lisboa, há os seguintes:*

*Planta da Rua Nova dos Ferros.*  
*Plantas dos edifícios da Inquisição no Rossio.*  
*Planta (projecto) para o edificio do Teatro Nacional do Rossio.*  
*Plantas do Palácio do Tesouro Velho.*  
*Plantas do Erário Novo e alçados.*  
*Uma planta curiosa de Lisboa (Arroios, Anjos, Penha, Campo de Santana, Vale do Pereiro), etc.*  
*Desenhos, muito valiosos de José Valentim de Freitas, de diversos trechos architectónicos de igrejas de Lisboa.*  
*A achega não é muito grande, mas pode ser útil. Também se levantam paredes com pedra miúda.*

# COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

GRANDES E  
PEQUENAS  
QUANTIDADES



Livraria Garrett, 36

L I S B O A

# CHÁ CELESTE



## A T E N Ç A O

A OURIVESARIA **Miguel A. Fraga, L.<sup>da</sup>** R. da Palma, 26-28

Participa aos seus amigos e clientes que já se encontra nas novas instalações, no

**PAVILHÃO DOS OURIVES**

(Largo Martim Moniz, 18)

Onde continua a vender **OURO, PRATA, E JÓIAS** a baixos preços.

Telefone 2 8503

PARA ENTREGA IMEDIATA



ASPIRADORES—ENCERADORAS  
FRIGORÍFICOS  
MÁQUINAS DE COZINHA

HIDRO-EXTRACTORES  
MÁQUINAS DE LAVAR

ELECTROLUX, LIMITADA  
LISBOA — COIMBRA — PORTO

# PORTO DE LISBOA

(Administração Geral)

**AREAS** — Molhada 11,150 hectares; terrestre utilizável 2 000 Ha. sendo 10 Ha de área coberta.

**VIAS FERREAS** — Superior a 50 km. de comprimento ligadas à rede ferroviária do País.

**CAIS ACOSTAVEIS** — Comprimento total de cerca de 13 km.

**DOCAS SECAS** — Cinco de comprimento entre 42 e 180 metros.

**DOCAS DE ABRIGO** — Sete, com 45 Ha de área molhada total.

**CARREIRAS DE CONSTRUÇÃO** — Três, respectivamente com 87, 120 e 150 metros de comprimento.

**OFICINAS DE CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL** — Amplas e convenientemente aparelhadas.

**GUINDASTES** — Hidráulicos, a vapor e eléctricos, terrestres e flutuantes, cuja potência elevatória varia de 1 500 kg. a 100.000 kg.

**MATERIAL MARÍTIMO** — Rebocadores, dragas, barcas de água e batelões diversos, cilindros impulsores, etc.

**WARRANTS** — Faculdade de emitir warrants, nos termos do Código Comercial.

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO PORTO DE LISBOA

CAIS DO SODRE

Telefs. 25001/3 e 25655/6

Endereço Telegráfico PORTISBOA

UM BOM LIVRO  
UM BOM JORNAL

SÓ NA



MARCA REGISTRADA

COMPOSIÇÃO MECÂNICA



TRABALHOS GRÁFICOS  
EM TODOS OS GÊNEROS



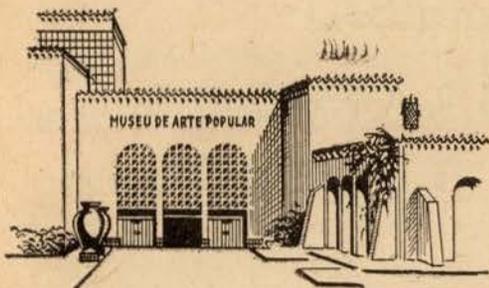
151, RUA DO SALITRE, 155—LISBOA  
T E L E F O N E P B X 5 3 1 7 3 / 4

Os «Amigos de Lisboa»

preferem, para os seus seguros, a

# IMPÉRIO

Uma **COMPANHIA DE SEGUROS** que honra Lisboa



*Domingos de Lisboa*

**MUSEU DE ARTE POPULAR**  
(BELÉM)

No local onde esteve instalado o Centro Regional, quando das comemorações do Duplo Centenário, ergueu-se o «Museu de Arte Popular»; exclusivamente consagrado à vida e actividades do povo português.

Todas as nossas províncias, com a ingenuidade das suas crenças, costumes e tradições, perpassam nas salas deste Museu. Percorrê-las, uma por uma, é tomar contacto com uma verdadeira síntese de Portugal — viagem maravilhosa que vai do Minho ao Algarve, com deslumbrantes paragens em todas as outras províncias.

Visitar o «Museu de Arte Popular», contemplar os seus documentos sobre folclore, artesanato, usos e costumes, expostos com raro sentido decorativo, é admirar Portugal nos aspectos mais variados da Alma e Vida do seu Povo, e uma sugestiva e aliciante preparação para uma apreciação directa da própria paisagem.

PASSAM JUNTO DESTA MUSEU

ELÉTRICOS DAS CARREIRAS: 15, 16 E 17

AUTOCARROS DAS CARREIRAS: 12 E 14

ABERTO TODOS OS DIAS (EXCEPTO ÀS SEGUNDAS-FEIRAS  
E DIAS DE FERIADO NACIONAL) DAS 14 ÀS 19 HORAS.  
PREÇO DE ENTRADA: 1\$50  
ÀS QUINTAS-FEIRAS: ENTRADA GRÁTIS.



# COMPANHIA

DE

## DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada  
com o capital de Esc. 179.300.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes na Província  
de ANGOLA em regime de exclusivo

SEDE SOCIAL:

LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12 - 2.º — Teleg. DIAMANG

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Cor. António Lopes Mateus*

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS

*Mr. Firmin Van Brée*

VICE - PRESIDENTE

*Banco Burnay*

ADMINISTRADOR - DELEGADO

*Com. Ernesto de Vilhena*

Direcção Geral na Lunda

Director geral

*José Tavares Paulo*

Representação em Luanda

Representante

*Cap. Mário Augusto da Costa*

**TOSSE ?**

**HORAS CALMAS**



**COM**

**BENZO-DIACOL**